

ALPARGATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Rua Funchal, 160 e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação “ALPA4” e “ALPA3”.

Em 26 de abril de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de São Paulo Alpargatas S.A., para Alpargatas S.A.

Suas atividades e de suas controladas (Doravante denominadas “Grupo Alpargatas” ou “Grupo”) são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial; artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas e a coligada, através das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior estão descritas na nota explicativa nº 6.

1.2. Aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina.

Para os detalhes do processo de aquisição e aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C.- Argentina, vide nota explicativa nº14.

1.3. Operação descontinuada – Têxteis Industriais

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Cotas para alienação, direta de 100% das cotas representativas do capital social da controlada Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., Companhia limitada com sede em Pouso Alegre - MG, e indireta de 100% das cotas representativas do capital social da Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., Companhia limitada com sede em Manaus - AM, pelo valor total de R\$43.000. O fechamento de tal operação ocorreu dia 20 de abril de 2010. Os detalhes desta operação estão divulgados na nota explicativa nº 36.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRAIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias trimestrais da Companhia, contidas no formulário de informações trimestrais – ITR referente ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 compreendem:

- As informações contábeis intermediárias trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - BR GAAP e IFRS, elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos IAS 34 e CPC 21 – Demonstração Intermediária.
- As informações contábeis intermediárias individuais trimestrais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP, elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações contábeis intermediárias trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Desta forma, essas informações contábeis intermediárias trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis intermediárias trimestrais separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo; entretanto, a equivalência patrimonial é determinada pela legislação societária brasileira.

2.2. Bases de elaboração

As informações contábeis intermediárias trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, sendo a data de transição 1º. de janeiro de 2009. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 - Combinações de negócios a 40 - Instrumentos financeiros - Divulgação.

Conforme mencionado no item 2.1, as informações contábeis intermediárias trimestrais foram elaboradas e estão sendo divulgadas de acordo com o IAS 34 e CPC 21 – Demonstração Intermediária, e dessa forma devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, divulgadas em 18 de março de 2011.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias trimestrais foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais julgamentos e estimativas contábeis aplicados na elaboração das informações contábeis intermediárias trimestrais foram consistentes aos descritos na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

5. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISADAS

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não estão vigentes:

Pronunciamento ou interpretação	Descrição	Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após
IFRS 1	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira vez de IFRSs	1º de julho de 2011
IFRS 7	Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros	1º de julho de 2011
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2013
IAS 12	Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes quando o Ativo É Mensurado pelo Modelo de Valor Justo da IAS 40	1º de janeiro de 2012
IFRIC 14 (revisado)	Pré-pagos de um Requerimento Mínimo de Fundos	1º de janeiro de 2011

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS's novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência, que se dará após a aprovação pela CVM.

6. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Critérios de consolidação, definição de controladas e mudanças nas participações em controladas existentes.

Os critérios de consolidação utilizados na elaboração das informações contábeis intermediárias trimestrais foram aplicados de forma consistente com os critérios descritos na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

A consolidação abrange as informações contábeis da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	Participação e poder de voto- %		
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2010</u>
Participação direta:			
Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda. (*)	-	-	100,00
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	100,00	100,00	100,00
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	100,00	100,00	100,00
Alpargatas Imobiliária S.A.	100,00	100,00	100,00
Alpargatas Chile Ltda. - Chile	100,00	100,00	100,00
Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	100,00	100,00	100,00
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	91,45	70,69	70,69
Participação indireta (através da Alpargatas Internacional - APS):			
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	100,00	100,00	100,00
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
Alpargatas UK Limited - Reino Unido	100,00	100,00	100,00
Alpargatas France S.A.R.L. - França	100,00	100,00	100,00
Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	100,00	100,00	100,00
Alpargatas Portugal Limited - Portugal	100,00	100,00	-
Participação indireta (através da Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda.):			
Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda. (*)	-	-	100,00

(*) Operação descontinuada conforme detalhes divulgados nas notas explicativas nº 1.3 e nº 36.

- CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias: adquirida em novembro de 2007, dedica-se à fabricação e comercialização de sandálias de borracha.
- Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.: adquirida em novembro de 1989, dedica-se à importação e exportação em geral; compra, venda e locação de imóveis próprios e participação em outras empresas, no país ou no exterior. Atualmente a Controlada encontra-se sem operações.
- Alpargatas Imobiliária S.A.: constituída em janeiro de 2005, dedica-se compra, venda e locação de imóveis próprios; e a participação em outras empresas, no país ou no exterior.
- Alpargatas S.A.I.C. - Argentina: adquirida em outubro de 2007, porém com a transferência do controle para a Companhia em outubro de 2008, dedica-se à fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino.

- Alpargatas Europe S.L.U. (Espanha), Alpargatas France S.A.R.L. (França), Alpargatas UK Limited (Reino Unido), Alpargatas Itália S.R.L. (Itália) e Alpargatas Portugal Limited (Portugal) constituídas, respectivamente, em julho, agosto e setembro de 2008 e maio de 2009, cuja atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado europeu.
- Alpargatas USA Inc. (Estados Unidos) Constituída pela incorporação da Expasa Florida Inc. em dezembro de 2006. Sua atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado norte-americano.
- Alpargatas Chile Ltda. (Chile): constituída em novembro de 2007, cuja atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado chileno. Em novembro de 2009, foi aprovado o encerramento das operações desta subsidiária, passando a Companhia a partir de maio de 2010, a comercializar seus produtos, via distribuidor independente, através de contrato de representação comercial.

7. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia e suas controladas gozam de subvenções, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2018 e 2020. A Companhia e suas controladas, gozam também de subvenções federais através do lucro da exploração na Região Nordeste. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido diretamente no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessas subvenções para investimentos, incluindo os incentivos fiscais de imposto de renda registrados durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010, é demonstrado como segue:

		Controladora		Consolidado	
		<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Subvenção ICMS:					
Paraíba	(a)	98.297	84.559	98.297	84.559
Pernambuco	(b)	-	-	6.751	6.121
Incentivos de IRPJ:					
Região Nordeste	(c)	<u>9.056</u>	<u>9.971</u>	<u>11.842</u>	<u>12.238</u>
Total		<u>107.353</u>	<u>94.530</u>	<u>116.890</u>	<u>102.918</u>

- (a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo do Estado. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar o parque fabril naquela região, incrementar sua produção de pares de calçados e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Adicionalmente, durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010, não existiram parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na conta “Impostos sobre vendas e abatimentos” na demonstração do resultado.

- (b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado de Pernambuco, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS e, portanto de destino comprometido conforme pactuado com o governo Estadual pela controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias. A controlada está adimplente com o acordo estabelecido que consiste em manter uma quantidade mínima de empregos diretos na região e atingir receita bruta de pelo menos R\$2.500 ao mês.
- (c) Registrados a crédito na conta “Imposto de renda e contribuição social - correntes” na demonstração do resultado (vide detalhes na nota explicativa nº 12.b).

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	639	7.381	19.484	31.552
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs				
pré e pós-fixados	56.322	133.878	61.012	133.878
Operações compromissadas	161.601	312.835	188.842	312.835
Outros - Alpargatas SAIC – Argentina (*)	-	-	700	3.408
Outros - Alpargatas Europa – Espanha (*)	-	-	289	815
Total	<u>218.562</u>	<u>454.094</u>	<u>270.327</u>	<u>482.488</u>

(*) Em 30 de setembro de 2011, as aplicações financeiras mantidas pelas controladas Alpargatas S.A.I.C. – Argentina e Alpargatas Europa – Espanha estão representadas respectivamente por títulos de renda fixa,

Em 30 de setembro de 2011, os CDBs estão distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração média de 100,56% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102,39% em 31 de dezembro de 2010) e as Operações Compromissadas, distribuídas em diversas instituições financeiras com remuneração média de 102,03% do CDI (101,55% em 31 de dezembro de 2010).

Em 30 de setembro de 2011, os CDBs e os títulos relativos às operações compromissadas possuem prazos para resgates distribuídos entre outubro de 2011 e novembro de 2016, mas são classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

A política da Companhia estabelece que as aplicações financeiras somente poderão ser realizadas junto a instituições financeiras com *rating* mínimo “AA” segundo as agências classificadoras Fitch Atlantic e Standard & Poor’s ou “Aa” segundo a Moody’s. Qualquer proposta da Administração para efetuar aplicações financeiras junto a instituições financeiras com *rating* abaixo dessa classificação dependerá da autorização do Conselho de Administração.

A classificação contábil dos componentes de caixa e equivalentes de caixa utilizada pela Administração da Companhia e de suas controladas é a descrita na nota explicativa nº 3 c) às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

com remuneração média de 2,64% e 1,60% ao ano respectivamente (9,38% e 1,24% ao ano respectivamente em 31 de dezembro de 2010).

b) Aplicações financeiras

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, as aplicações financeiras na controladora e no consolidado referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e Operações Compromissadas com remuneração média de 102,33% do CDI (107,99% em 31 de dezembro de 2010). Estão compostas conforme segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pré e pós-fixados	153.444	77.549
Operações compromissadas	<u>259.934</u>	<u>94.628</u>
Total	<u>413.378</u>	<u>172.177</u>

Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem prazo mínimo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo “Caixa e equivalentes de caixa”, por não possuírem previsão de resgate imediato, sem risco significativo de mudança de valor.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Compostas por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Mercado interno	418.244	385.834	442.790	405.391
Mercado externo	23.574	16.760	108.937	78.412
Partes relacionadas (nota explicativa nº 21 b)	6.254	13.986	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(16.690)</u>	<u>(13.086)</u>	<u>(24.175)</u>	<u>(18.370)</u>
Total	<u>431.382</u>	<u>403.494</u>	<u>527.552</u>	<u>465.433</u>

Contas a receber de clientes são classificadas como “empréstimos e recebíveis” demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo, conforme razões descritas na nota explicativa nº 3 d) às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010. O contas a receber no mercado externo está denominado em dólar norte americano, euro e peso argentino.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	410.613	372.799	487.627	424.036
Vencidas:				
Até 30 dias	9.609	15.980	18.913	22.426
De 31 a 90 dias	3.853	5.603	11.300	8.770
Mais de 91 dias	<u>23.997</u>	<u>22.198</u>	<u>33.887</u>	<u>28.571</u>
	<u>448.072</u>	<u>416.580</u>	<u>551.727</u>	<u>483.803</u>

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(13.086)	(18.370)
Adições	(5.255)	(7.516)
Reversões e baixas	<u>1.651</u>	<u>1.711</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>(16.690)</u>	<u>(24.175)</u>

A composição consolidada por idade de vencimento das contas a receber de clientes, incluídas na provisão de créditos para liquidação duvidosa é como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Até 30 dias	(233)	(73)
De 31 a 90 dias	(802)	(320)
Mais de 91 dias	<u>(23.140)</u>	<u>(17.977)</u>
Total	<u>(24.175)</u>	<u>(18.370)</u>

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na conta “Despesas com vendas” na demonstração do resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das informações contábeis intermediárias trimestrais é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento. Exceto para alguns casos de clientes em atraso com dívidas renegociadas, para os quais a Companhia e suas controladas possuem como garantias cartas de crédito e imóveis, para os demais títulos em atrasos, os quais estão incluídos na provisão para crédito de liquidação duvidosa, as mesmas não mantêm quaisquer outras garantias.

10. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Produtos acabados	126.250	96.359	221.224	164.429
Produtos em processo	14.246	12.546	31.900	26.517
Matérias-primas	40.269	41.617	75.093	70.599
Importações em andamento	17.178	14.957	17.951	14.957
Outros	2.139	1.117	5.915	6.285
Provisão para perdas os estoques	<u>(4.064)</u>	<u>(5.625)</u>	<u>(9.265)</u>	<u>(9.809)</u>
Total	<u>196.018</u>	<u>160.971</u>	<u>342.818</u>	<u>272.978</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(5.625)	(9.809)
Adições	(3.299)	(4.411)
Reversões e baixas	<u>4.860</u>	<u>4.955</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>(4.064)</u>	<u>(9.265)</u>

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	7.119	7.385	8.683	9.657
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3.645	3.241	3.831	3.389
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	94	87	94	87
Programa de integração social - PIS e Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS a compensar	2.445	1.086	2.823	1.418
Alpargatas Europa:				
Imposto sobre valor adicionado - IVA	-	-	2.173	1.503
Alpargatas Chile	-	-	-	555
Alpargatas S.A.I.C - Argentina:				
Imposto de renda	=	=	13.474	14.143
Imposto sobre valor adicionado - IVA	-	-	7.868	6.553
Outros	<u>5.334</u>	<u>5.447</u>	<u>6.353</u>	<u>6.408</u>
Total	<u>18.637</u>	<u>17.246</u>	<u>45.299</u>	<u>43.713</u>
Parcela do circulante	10.563	13.451	21.368	24.685
Parcela do não circulante	8.074	3.795	23.931	19.028

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

		Controladora e Consolidado	
		30/09/2011	31/12/2010
Ativo não circulante:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		5.675	4.449
Provisão para perda nos estoques		1.382	1.913
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		7.645	6.963
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa		19.508	15.844
Baixa do ativo diferido		775	1.328
Outras diferenças temporárias		9.575	9.301
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social		<u>786</u>	<u>3.207</u>
Total - controladora		<u>45.346</u>	<u>43.005</u>
Controladas:			
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina			
- Provisão para "Fidecomiso"		9.195	13.516
- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		10.584	7.829
- Outras diferenças temporárias		<u>7.528</u>	<u>5.988</u>
		27.307	27.333
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:			
- Prejuízos fiscais	(a)	6.910	8.567
Alpargatas Chile			
		-	2.046
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias			
- Diferenças temporárias		986	1.970
- Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(a)	<u>4.682</u>	<u>7.157</u>
		5.668	9.127
Lucros não realizados nos estoques		680	765
(-) Provisão para risco de realização (Alpargatas Chile)		-	<u>(2.046)</u>
Total - consolidado		<u>85.911</u>	<u>88.797</u>
Passivo não circulante:			
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	(b)	<u>5.619</u>	<u>3.261</u>
Total controladora		<u>5.619</u>	<u>3.261</u>
Controlada-			
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:			
- Ajuste a valor presente sobre obrigações renegociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado		<u>39.192</u>	<u>39.364</u>
Total - consolidado		<u>44.811</u>	<u>42.625</u>

(a) Constituição de crédito tributário de controladas

Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha

Para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em estudo de viabilidade técnica aprovado pelo Conselho de Administração, decidiu pela constituição de crédito tributário diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais incorridos pela controlada Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha. Essa controlada, até o referido exercício, gerou prejuízo devido ao início de suas operações, quando incorreu em diversas despesas com marketing e de “start-up”, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Entretanto, com base nas projeções de lucros tributáveis futuros da controlada a partir de 2011, a Administração, observando os requerimentos do CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o lucro, decidiu pela constituição do crédito tributário diferido, o qual possui previsão de realização até 2015.

CBS S.A. Companhia Brasileira de Sandálias

Em junho de 2010 esta controlada constituiu crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, em função da perspectiva de geração futura de lucro tributável, conforme previsões do CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o lucro. O crédito constituído passou a ser compensado e possui previsão de realização até 2012.

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2011	11.091	19.235
2012	29.202	20.573
2013	16.112	20.573
2014 em diante	<u>29.506</u>	<u>28.416</u>
Total - consolidado	<u>85.911</u>	<u>88.797</u>

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia possuía créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias trimestrais consolidadas, gerados por suas controladas no exterior, que, devido à ausência de projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios, não foram registrados pelas respectivas controladas no exterior.

Os valores dos créditos tributários, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme a seguir:

Prejuízos fiscais:	
Alpargatas USA	35.833
Alpargatas França	<u>228</u>
	<u>36.061</u>

(b) Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente

Devido à revogação da prática contábil de amortização de ágio gerado na aquisição de controladas, conforme as alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 a Companhia passou a aproveitar o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada CBS S.A. - Sociedade Brasileira de Sandálias, após incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., através do Regime Tributário de Transição - RTT, cujo efeito estava sendo anteriormente compensado à razão de 1/60 avos mensais, com valor de amortização mensal de R\$400, o qual vem gerando um impacto tributário de R\$136 ao mês. Para isso, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre a base para aproveitamento fiscal e amortização contábil está sendo considerada como uma diferença temporária para fins de IRPJ e CSLL diferidos, cujos efeitos estão sendo registrados no passivo não circulante.

Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas controladas não possuem prazo para serem compensados (data de expiração).

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010 é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2010</u>	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	<u>30/09/2011</u>
Ativo não circulante:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.449	1.226	-	5.675
Provisão para perda nos estoques	1.913	(531)	-	1.382
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.963	682	-	7.645
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	15.844	3.664	-	19.508
Baixa do ativo diferido	1.328	(553)	-	775
Outras diferenças temporárias	9.301	274	-	9.575
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>3.207</u>	<u>(2.421)</u>	<u>-</u>	<u>786</u>
Total - controladora	<u>43.005</u>	<u>2.341</u>	<u>-</u>	<u>45.346</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:				
Provisão para “Fidecomiso”	13.516	(3.696)	(625)	9.195
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.829	3.575	(820)	10.584
Outras diferenças temporárias	<u>5.988</u>	<u>1.361</u>	<u>179</u>	<u>7.528</u>
	27.333	1.240	(1.266)	27.307
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	8.567	(2.314)	657	6.910
Alpargatas Chile	2.046	-	(2.046)	-
CBS S.A.- Companhia Brasileira de Sandálias				
Diferenças temporárias	1.970	-	(984)	986
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>7.157</u>	<u>(2.071)</u>	<u>(405)</u>	<u>4.682</u>
	9.127	(2.071)	(1.389)	5.668
Lucros não realizados nos estoques	765	(85)	-	680
(-) Provisão para risco de realização (Alpargatas Chile)	<u>(2.046)</u>	<u>-</u>	<u>2.046</u>	<u>-</u>
Total - consolidado	<u>88.797</u>	<u>(890)</u>	<u>(1.998)</u>	<u>85.911</u>
Passivo não circulante:				
Controladora:				
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	<u>3.261</u>	<u>2.358</u>	<u>-</u>	<u>5.619</u>
Total controladora	<u>3.261</u>	<u>2.358</u>	<u>-</u>	<u>5.619</u>
Controlada-				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina				
Ajuste a valor presente sobre obrigações negociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	<u>39.364</u>	<u>507</u>	<u>(679)</u>	<u>39.192</u>
Total - consolidado	<u>42.625</u>	<u>2.865</u>	<u>(679)</u>	<u>44.811</u>
Total líquido – controladora		(18)		
Total líquido – consolidado		(3.755)		

	<u>31/12/2009</u>	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Varição cambial, encargos e outros movimentos	<u>30/09/2010</u>
Ativo não circulante:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.143	397	-	4.540
Provisão para perda nos estoques	2.678	614	-	3.292
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.013	(852)	-	6.161
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	11.296	3.232	-	14.528
Baixa do ativo diferido	2.139	(600)	-	1.539
Outras diferenças temporárias	11.820	(1.185)	-	10.635
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>3.206</u>	<u>1</u>	-	<u>3.207</u>
Total - controladora	<u>42.295</u>	<u>1.607</u>	-	<u>43.902</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	1.472	(292)	(76)	1.104
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	9.404	-	(739)	8.665
Alpargatas Chile	1.213	-	497	1.710
CBS S.A.- Companhia Brasileira de Sandálias	-	8.525	(541)	7.984
Lucros não realizados nos estoques	<u>1.322</u>	<u>(697)</u>	-	<u>625</u>
Total - consolidado	<u>55.706</u>	<u>9.143</u>	<u>(859)</u>	<u>63.990</u>
Passivo não circulante:				
Controladora:				
IRPJ e CSLL - prejuízo fiscal	33.736	-	787	34.523
Depósitos judiciais	(6.277)	-	-	(6.277)
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	1.631	1.223	-	2.854
IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	2.164	-	(615)	1.549
Provisão para IRPJ e outras contingências	<u>2.803</u>	-	<u>(1.268)</u>	<u>1.535</u>
Total controladora	<u>34.057</u>	<u>1.223</u>	<u>(1.096)</u>	<u>34.184</u>
Controlada-				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	<u>15.023</u>	<u>(810)</u>	<u>(945)</u>	<u>13.268</u>
Total - consolidado	<u>49.080</u>	<u>(413)</u>	<u>(2.041)</u>	<u>47.452</u>
Total líquido – controladora		384		
Total líquido – consolidado		8.730		

b) Correntes

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	266.253	253.218	281.710	255.992
Alíquota combinada IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
Despesas com IR e CS pela alíquota fiscal vigente	(90.526)	(86.094)	(95.781)	(87.037)
Resultado de equivalência patrimonial	9.068	13.361	(415)	(2.287)
Benefício dos juros sobre o capital próprio	20.434	15.984	20.434	15.984
Efeitos tributários da adoção do Regime Tributário de Transição - RTT:				
Subvenção para investimento - ICMS	33.421	28.750	35.716	30.831
Despesas com planos de opções de ações	(323)	(255)	(323)	(255)
Subvenção fiscal federal – IRPJ (nota explicativa nº 7)	9.056	9.971	11.842	12.238
Efeito da sistemática do lucro presumido em controlada	-	-	-	4.377
Crédito tributário não constituído sobre prejuízo fiscal gerado por controladas	-	-	(2.828)	(1.336)
Aproveitamento de crédito tributário de controlada não constituído em exercícios anteriores	-	-	-	8.524
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	1.213	(1.313)	(75)	(609)
Despesa com IRPJ/CSLL	(17.657)	(19.596)	(31.430)	(19.570)
Correntes	(17.639)	(19.980)	(27.675)	(28.300)
Diferidos	(18)	384	(3.755)	8.730

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2011 à 30/09/2011	01/07/2010 à 30/09/2010	01/07/2011 à 30/09/2011	01/07/2010 à 30/09/2010
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	95.396	90.552	96.991	94.79
Alíquota combinada IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
Despesas com IR e CS pela alíquota fiscal vigente	(32.435)	(30.788)	(32.977)	(32.229)
Resultado de equivalência patrimonial	630	(1.992)	(370)	(1.086)
Benefício dos juros sobre o capital próprio	7.004	5.100	7.004	5.100
Efeitos tributários da adoção do Regime Tributário de Transição - RTT:				
Subvenção para investimento - ICMS	12.763	9.792	13.747	10.675
Despesas com planos de opções de ações	(108)	(96)	(108)	(96)
Subvenção fiscal federal – IRPJ	3.310	9.528	4.639	8.136
Aproveitamento de crédito tributário de controlada não constituído em exercícios anteriores	-	-	(1.889)	(3.769)
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	923	(781)	831	724
Despesa com IRPJ/CSLL	(7.913)	(9.237)	(9.123)	(12.545)
Correntes	(6.461)	(9.183)	(10.194)	(12.793)
Diferidos	(1.452)	(54)	1.071	248

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 dezembro de 2010, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a ações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é

considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Processos tributários	6.544	5.827	6.653	5.827
Reclamações trabalhistas	<u>7.638</u>	<u>5.871</u>	<u>8.418</u>	<u>6.823</u>
	<u>14.182</u>	<u>11.698</u>	<u>15.071</u>	<u>12.650</u>

14. INVESTIMENTOS

Estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Investimentos	227.948	174.553	80.163	77.143
Ágio	<u>150.130</u>	<u>150.130</u>	-	-
	<u>378.078</u>	<u>324.683</u>	<u>80.163</u>	<u>77.143</u>

Informações em 30 de setembro de 2011	Fibrasil Agríc. e Coml. Ltda	Alpargatas Internacional APS	Alpargatas Imobiliária SA.	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Alpargatas Chile Ltda	Total
Número de ações ou cotas possuídas	1.157.111	30.393.854	5.585.855	750.645	64.126.833	-	
Capital social	1.157	76.287	8.766	20.848	30.945	9.063	
Patrimônio líquido	2.181	27.726	17.541	49.787	144.626	(93)	
Lucro nos Estoques	-	(1.295)	-	-	-	-	
		26.431				(93)	
Lucro (prejuízo) líquido do período de nove meses	77	(3.293)	1.063	21.434	9.219	(299)	
Participação (%)	100	100	100	100	91,45	100	
Valor contábil dos Investimentos:							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.104	30.939	22.979	28.353	90.325	(147)	174.553
Resultado da equivalência Patrimonial	-	8.784	339	6.536	3.022	19	18.700
Variação cambial dos investimentos	-	1.646	-	-	(3.841)	5	(2.190)
Saldo em 31 de março de 2011	2.104	41.369	23.318	34.889	89.506	(123)	191.063
Aumento de Capital	-	306	-	-	20.242	-	20.548
Pagamento de dividendos	-	-	(6.500)	-	-	-	(6.500)
Resultado da equivalência Patrimonial	20	(1.287)	411	6.995	399	(420)	6.118
Variação cambial dos investimentos	-	(427)	-	-	(5.533)	9	(5.951)
Saldo em 30 de junho de 2011	2.124	39.961	17.229	41.884	104.614	(534)	205.278
Aumento de Capital	-	-	-	-	5.267	334	5.601
Resultado da equivalência Patrimonial	57	(10.619)	312	7.903	4.077	121	1.851
Variação cambial dos investimentos	-	(2.911)	-	-	18.143	(14)	15.218
Saldo em 30 de setembro de 2011	2.181	26.431	17.541	49.787	132.101	(93)	227.948

Informações em 30 de setembro de 2010	Fibrasil Agríc. e Coml. Ltda	Alpargatas Internacional APS	Alpargatas Imobiliária SA.	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Alpargatas Chile Ltda	Total
Número de ações ou cotas possuídas	1.157.111	30.004.124	5.585.855	750.645	49.569.771	-	
Capital social	1.157	69.776	8.766	20.848	30.112	4.713	
Patrimônio líquido	2.104	46.398	22.679	17.936	125.894	(3.613)	
Lucro nos Estoques	-	(1.029)	-	-	-	(184)	
		45.369				(3.797)	
Lucro (prejuízo) líquido do período de nove meses	-	(9.894)	13.998	29.549	9.411	(2.278)	
Participação (%)	100	100	100	100	70,69	100	
Valor contábil dos Investimentos:							
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.104	56.738	7.563	(11.613)	75.021	(1.211)	128.602
Compra de participação de não controladores	-	-	-	-	12.973	-	12.973
Aumento de capital (conferência de bens)	-	-	1.118	-	-	-	1.118
Resultado da equivalência patrimonial	-	3.552	(12)	8.304	916	(1.369)	11.391
Variação cambial dos investimentos	-	(1.466)	-	-	564	24	(878)
Saldo em 31 de março de 2010	2.104	58.824	8.669	(3.309)	89.474	(2.556)	153.206
Compra de participação de não controladores	-	-	-	-	419	-	419
Resultado da equivalência patrimonial	-	2.211	13.905	14.008	3.384	258	33.766
Variação cambial dos investimentos	-	(6.711)	-	-	(651)	(197)	(7.559)
Saldo em 30 de junho de 2010	2.104	54.324	22.574	10.699	92.626	(2.495)	179.832
Resultado da equivalência patrimonial	-	(14.366)	105	7.237	1.852	(1.105)	(6.277)
Variação cambial dos investimentos	-	5.411	-	-	(5.483)	(199)	(690)
Saldo em 30 de setembro de 2010	2.104	45.369	22.679	17.936	88.995	(3.799)	173.284

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o ágio em controladas é composto como segue:

CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Atlântico Participações S.A.	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Total
11.498	42.364	96.268	150.130

Investimentos indiretos através da empresa “holding” Alpargatas Internacional APS

Informações em 30 de setembro de 2011	Alpargatas Europe S.L.U.	Alpargatas France S.A.R.L.	Alpargatas UK Limited	Alpargatas Italy Limited	Alpargatas Portugal Limited	Alpargatas USA Inc.	Tavex Algodonera S.A.	Total
Número de ações/ cotas possuídas	100.000	5.000	100	10.000	4.900	21.370.000	106.733.526	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(14.237)	(671)	143	139	233	(71.743)	428.976	
Lucro (prejuízo) líquido do período de nove meses	7.545	(20)	120	78	203	(9.669)	(6.527)	
Participação indireta da Companhia (%)	100	100	100	100	100	100	18,687	
Valor contábil dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(19.973)	(579)	51	48	11	(54.445)	77.143	2.256
Resultado da equivalência Patrimonial	10.366	22	32	28	5	(401)	(1.297)	8.755
Variação cambial dos investimentos	(734)	(22)	(1)	2	-	1.235	28	508
Saldo em 31 de março de 2011	(10.341)	(579)	82	78	16	(53.611)	75.874	11.519
Resultado da equivalência Patrimonial	1.633	(78)	39	5	(12)	(4.156)	1.166	(1.403)
Variação cambial dos investimentos	149	13	(29)	(2)	-	2.307	(2.230)	208
Saldo em 30 de junho de 2011	(8.559)	(644)	92	81	4	(55.460)	74.810	10.324
Resultado da equivalência Patrimonial	(4.455)	36	49	45	210	(5.112)	(1.088)	(10.315)
Variação cambial dos investimentos	(1.222)	(62)	2	12	19	(11.171)	6.441	(5.981)
Saldo em 30 de setembro de 2011	(14.236)	(670)	143	138	233	(71.743)	80.163	(5.972)

Informações em 30 de setembro de 2010	Alpargatas Europe S.L.U.	Alpargatas France S.A.R.L.	Alpargatas UK Limited	Alpargatas Italy Limited	Alpargatas USA Inc.	Tavex Algodonera S.A.	Total
Número de ações/ cotas possuídas	3.600	5.000	100	1	10	21.683.180	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(10.904)	(1.453)	(630)	(580)	(53.001)	435.985	
Lucro (prejuízo) líquido do período de nove meses	11.092	(725)	(572)	(616)	(11.749)	(35.993)	
Participação indireta da Companhia (%)	100	100	100	100	100	18,687	
Valor contábil dos investimentos:							
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(23.252)	(802)	(54)	29	(43.008)	91.328	24.241
Resultado da equivalência Patrimonial	8.467	(740)	(543)	(844)	886	(2.886)	4.340
Variação cambial dos investimentos	815	58	21	29	(988)	(25)	(90)
Saldo em 31 de março de 2010	(13.970)	(1.484)	(576)	(786)	(43.110)	88.417	28.491
Resultado da equivalência Patrimonial	8.228	(387)	(170)	187	(6.816)	(647)	395
Variação cambial dos investimentos	719	125	40	18	(475)	(4.333)	(3.906)
Saldo em 30 de junho de 2010	(5.023)	(1.746)	(706)	(581)	(50.401)	83.437	24.980
Resultado da equivalência Patrimonial	(5.603)	402	141	41	(5.819)	(3.195)	(14.033)
Variação cambial dos investimentos	(278)	(109)	(65)	(40)	3.219	1.230	3.957
Saldo em 30 de setembro de 2010	(10.904)	(1.453)	(630)	(580)	(53.001)	81.472	14.904

Informações adicionais sobre aquisições de controladas

Alpargatas S.A.I.C. (“Alpargatas Argentina”)

A partir de 30 de outubro de 2008, a Companhia se tornou titular de 42.047.157 ações ordinárias, nominativas e com direito a um voto, representando 59,96% do capital social da Alpargatas S.A.I.C. Argentina, passando, assim, a partir dessa data a exercer o controle de suas operações.

Dando continuidade ao processo de aquisição da controlada, em 6 de outubro de 2009 a Companhia protocolou, na Comisión Nacional de Valores - CNV da Argentina, pedido de registro de oferta

pública de aquisição voluntária de ações - OPA, para aquisição da totalidade de ações ordinárias escriturais e ações preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. Argentina em circulação, representada por 40,04% do capital social, pelo valor de AR\$3,40 por ação, a ser realizada exclusivamente na Bolsa de Comércio de Buenos Aires, Argentina.

Em 12 de março de 2010, ocorreu o encerramento da oferta pública para aquisição de ações da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. A Companhia adquiriu a quantidade de 7.265.327 ações, pelo valor de AR\$3,40 (três pesos e quarenta centavos) por ação. Essas ações, somadas às 42.047.157 ações de sua titularidade, conferem o total de 49.312.481 ações que representam 70,32% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. Os valores do investimento e do deságio pagos nesta aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$12.916 e R\$1.624, respectivamente.

Em junho de 2010 a Companhia adquiriu 257.290 ações, pelo valor de AR\$3,33 (três pesos e trinta e três centavos) por ação. Essas ações somadas às 49.312.481 ações de sua titularidade perfazem o total de 49.569.771 ações que representam 70,69% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. Os valores do investimento e do deságio pagos nesta aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$476 e R\$68, respectivamente.

Em abril de 2011 a Companhia adquiriu 11.483.857 ações, pelo valor de AR\$8,71 (oito pesos e setenta e um centavos) por ação. Essas ações somadas às 49.569.771 ações de sua titularidade perfizeram o total de 61.053.628 ações que representam 87,067% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. Os valores do investimento e do ágio pagos nesta aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$20.242 e R\$18.999, respectivamente.

Também em julho de 2011 a Companhia adquiriu mais 3.073.205 ações, pelo valor de US\$1,98 (um dólar e noventa e oito centavos) por ação, as quais, somadas às 61.053.628 ações de sua titularidade, perfizeram o total de 64.126.833 ações que representam 91,4502% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. Os valores do investimento e do ágio pagos nesta aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$5.267 e R\$4.285, respectivamente.

Adicionalmente, dando continuidade ao processo de aquisição da integridade das ações em circulação da controlada, em 11 de outubro de 2011 a Companhia protocolou junto a Comisión Nacional de Valores - CNV da Argentina, pedido de registro de oferta pública de aquisição voluntária de ações - OPA, para aquisição da totalidade de ações ordinárias escriturais e ações preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina em circulação, pelo valor de AR\$8,14 por ação. Entretanto, na data de divulgação das presentes informações contábeis trimestrais, tal pedido ainda aguardava autorização da autoridade do mercado de capitais da Argentina.

15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Controladora							
	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	30/09/2011			31/12/2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	8.803	-	8.803	8.803	-	8.803
Edifícios e construções	4	117.837	(56.854)	60.983	117.526	(54.520)	63.006
Máquinas e equipamentos	8	195.722	(122.615)	73.107	190.288	(121.553)	68.735
Móveis e utensílios	10	21.001	(10.307)	10.694	19.895	(9.342)	10.553
Veículos	15	2.899	(2.017)	882	3.071	(2.052)	1.019
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	14.177	(8.320)	5.857	14.805	(7.290)	7.515
Projetos em andamento	-	20.439	-	20.439	11.879	-	11.879
Outros imobilizados	-	542	-	542	545	-	545
Provisão para perdas	-	(449)	-	(449)	(449)	-	(449)
Total		<u>380.971</u>	<u>(200.113)</u>	<u>180.858</u>	<u>366.363</u>	<u>(194.757)</u>	<u>171.606</u>

Consolidado							
	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	30/09/2011			31/12/2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	14.585	-	14.585	14.338	-	14.338
Edifícios e construções	4	313.321	(180.282)	133.039	269.756	(145.602)	124.154
Máquinas e equipamentos	8	463.170	(340.948)	122.222	511.902	(386.951)	124.951
Móveis e utensílios	10	74.711	(59.437)	15.274	73.452	(58.546)	14.906
Veículos	15	5.079	(3.943)	1.136	5.329	(4.029)	1.300
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	19.369	(12.451)	6.918	18.472	(10.013)	8.459
Projetos em andamento	-	34.079	-	34.079	21.034	-	21.034
Outros imobilizados	-	5.344	-	5.344	6.860	-	6.860
Provisão para perdas	-	(15.210)	-	(15.210)	(14.182)	-	(14.482)
Total		<u>914.448</u>	<u>(597.061)</u>	<u>317.387</u>	<u>906.661</u>	<u>(605.141)</u>	<u>301.520</u>

Informações adicionais sobre o imobilizado

1) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas efetuaram a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, requerida pela ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento, com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2010.

2) Bens dados em garantia e penhora

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme montantes demonstrados a seguir:

Máquinas e equipamentos	293
Edifícios	6.812
Outros	295
Total	<u>7.400</u>

3) Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia e suas controladas avaliaram inicialmente a recuperação do valor do ativo imobilizado para o encerramento do exercício de 2008, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e para os demais exercícios através da análise de fatores internos e externos que indicassem a presença de indicativos de risco de realização, entretanto nenhuma provisão foi registrada devido à ausência desses indicadores.

b) Intangível

Controladora							
Taxa anual de amortização (%)	30/09/2011			31/12/2010			
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	17.849	(17.652)	197	17.849	(17.652)	197
Sistemas de gestão empresarial (d)	10	112.561	(42.076)	70.485	97.090	(32.395)	64.695
Carteira de clientes (a)	20	27.311	(13.677)	13.634	27.311	(9.446)	17.865
Projetos em andamento		9.511	-	9.511	16.114	-	16.114
Sem vida útil definida:							
Cessão de direitos comerciais (c)	-	4.074	-	4.074	4.103	-	4.103
Total		<u>171.306</u>	<u>(73.405)</u>	<u>97.901</u>	<u>162.467</u>	<u>(59.493)</u>	<u>102.974</u>

Consolidado							
Taxa anual de amortização (%)	30/09/2011			31/12/2010			
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	32.368	(22.827)	9.541	31.077	(21.530)	9.547
Sistemas de gestão empresarial (d)	10	117.465	(45.096)	72.369	97.090	(32.395)	64.695
Carteira de clientes (a)	20	27.311	(13.677)	13.634	27.311	(9.446)	17.865
Projetos em andamento		9.511	-	9.511	16.114	-	16.114
Sem vida útil definida:							
Ágio na aquisição de controladas (b)	-	150.130	-	150.130	-	-	150.130
Cessão de direitos comerciais (c)	-	5.655	-	5.655	4.103	-	4.103
Total		<u>342.440</u>	<u>(81.600)</u>	<u>260.840</u>	<u>325.825</u>	<u>(63.371)</u>	<u>262.454</u>

(a) Refere-se aos valores pagos na aquisição das carteiras de clientes de ex-representantes comerciais da Companhia (que comercializavam substancialmente sandálias "Havaianas") em determinados países da Europa. Os custos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo do fluxo de caixa futuro estimado pela Administração da Companhia, de cinco anos. Em 30 de setembro de 2011, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados, conforme projeções econômicas efetuadas pela Administração da Companhia, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

(b) Vide composição na nota explicativa nº 14. Considerando as alterações contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado, passando a ter sua realização testada anualmente por "impairment". Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009, o benefício fiscal do ágio na incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., demonstrado na nota explicativa nº 14, passou a ser aproveitado nas apurações mensais de imposto de renda e contribuição social com base no Regime Tributário de Transição - RTT, conforme disposições previstas na Lei nº 11.941/09, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 12 a).

(c) Refere-se substancialmente aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas "Timberland" e "Havaianas". Por tratar-se de ativos intangíveis, comercializáveis, eles não são amortizados, sendo submetidos a teste anual quanto à sua recuperação por "impairment". Em 30 de setembro de 2011, devido à ausência de indicativos de perda na realização nenhuma provisão contábil foi constituída para os valores desses direitos.

- (d) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, desenvolvimento e implementação de sistemas de gestão, representados substancialmente pelos ERPs SAP/R3, WMS e LINX e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o ERP SAP/R3 e de cinco anos para os demais sistemas. Em 30 de setembro de 2011, devido a indicadores de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados, conforme projeções econômicas efetuadas pela Administração da Companhia, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

A despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos períodos, está assim representada:

2011 (três meses)	4.989
2012	20.293
2013	19.626
2014 em diante	<u>50.636</u>
Total	<u>95.544</u>

Informações adicionais sobre o intangível

1) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

	Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos registrados ao resultado do período de nove meses findo em:	10.624	6.775

2) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

Para o encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 a Companhia avaliou a recuperação do valor dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as Unidades Geradoras de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representou a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável. Em 30 de setembro de 2011, não foram identificados indicadores que pudessem resultar em uma redução do valor recuperável do ágio.

Os detalhes das premissas utilizadas estão descritas na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

c) Movimentação

Imobilizado	Controladora					
	31/12/2010	Adições	Transferências (*)	Depreciações	Baixas	30/09/2011
Terrenos	8.803	-	-	-	-	8.803
Edifícios e construções	63.006	-	588	(2.476)	(135)	60.983
Máquinas e equipamentos	68.735	-	14.270	(9.196)	(702)	73.107
Móveis e utensílios	10.553	-	1.566	(1.307)	(118)	10.694
Veículos	1.019	-	1	(105)	(33)	882
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.515	-	-	(1.380)	(278)	5.857
Projetos em andamento	11.879	25.145	(16.585)	-	-	20.439
Outros imobilizados	545	-	(3)	-	-	542
Provisão para perdas	(449)	-	-	-	-	(449)
Total	<u>171.606</u>	<u>25.145</u>	<u>(163)</u>	<u>(14.464)</u>	<u>(1.266)</u>	<u>180.858</u>

Intangível	Controladora					
	31/12/2010	Adições	Transferências (*)	Amortizações	Baixas	30/09/2011
Com vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes	197	-	-	-	-	197
Sistema de gestão empresarial	64.695	-	15.171	(9.351)	(30)	70.485
Carteira de clientes	17.865	-	-	(4.231)	-	13.634
Projetos em andamento	16.114	8.416	(15.019)	-	-	9.511
Sem vida útil definida:						
Cessão de direitos comerciais	<u>4.103</u>	<u>-</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>(40)</u>	<u>4.074</u>
Total	<u>102.974</u>	<u>8.416</u>	<u>163</u>	<u>(13.582)</u>	<u>(70)</u>	<u>97.901</u>
Total	<u>274.580</u>	<u>33.561</u>	<u>-</u>	<u>(28.046)</u>	<u>(1.336)</u>	<u>278.759</u>

(*) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a conta “Projetos em andamento” para as correspondentes contas definitivas dos grupos “Imobilizado” e “Intangível”, quando do encerramento dos projetos.

Imobilizado	Consolidado					
	31/12/2010	Adições	Transferências (*)	Depreciações	Baixas	Variação cambial (**) 30/09/2011
Terrenos	14.338	-	-	-	-	247
Edifícios e construções	124.154	2.379	7.724	(5.134)	(147)	4.063
Máquinas e equipamentos	124.951	2.711	7.623	(14.126)	(1.072)	2.135
Móveis e utensílios	14.906	1.635	1.613	(2.471)	(156)	(253)
Veículos	1.300	30	88	(172)	(33)	(77)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	8.459	1.240	-	(2.057)	(378)	(346)
Projetos em andamento	21.034	30.101	(17.366)	-	-	310
Outros imobilizados	6.860	373	(1.671)	(761)	(130)	673
Provisão para perdas	(14.482)	-	-	-	-	(728)
Total	<u>301.520</u>	<u>38.469</u>	<u>(1.989)</u>	<u>(24.721)</u>	<u>(1.916)</u>	<u>6.024</u>

Intangível	Consolidado					
	31/12/2010	Adições	Transferências (*)	Amortizações	Baixas	Variação cambial (**) 30/09/2011
Com vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes	9.547	-	-	(651)	-	645
Sistemas de gestão empresarial	64.695	801	16.997	(9.783)	(162)	(179)
Carteira de clientes	17.865	-	-	(4.231)	-	-
Projetos em andamento	16.114	8.416	(15.019)	-	-	-
Sem vida útil definida:						
Ágio na aquisição de controladas	150.130	-	-	-	-	-
Cessão de direitos comerciais	<u>4.103</u>	<u>1.460</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>(40)</u>	<u>121</u>
Total	<u>262.454</u>	<u>10.677</u>	<u>1.989</u>	<u>(14.665)</u>	<u>(202)</u>	<u>587</u>
Total	<u>563.974</u>	<u>49.146</u>	<u>-</u>	<u>(39.386)</u>	<u>(2.118)</u>	<u>6.611</u>

(*) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a conta “Projetos em andamento” para as correspondentes contas definitivas dos grupos “Imobilizado” e “Intangível”, quando do encerramento dos projetos.

(**) Variação cambial decorrente da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Nacionais	147.374	132.858	164.119	144.331
Estrangeiros	<u>43.844</u>	<u>25.517</u>	<u>100.515</u>	<u>68.446</u>
Total	<u>191.218</u>	<u>158.375</u>	<u>264.634</u>	<u>212.777</u>

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Indexador e taxa	Controladora		Consolidado	
	Moeda	média anual de juros	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<u>Denominados em reais:</u>						
FNE (BNB)	(a)	Juros de 8,42%	60.927	71.487	60.927	71.487
FINAME		Juros de 6,51%	8.505	3.972	8.505	3.972
FINEM - BNDES	(b)	Cesta de moedas e TJLP 8,55%	9.319	12.609	9.319	12.609
EXIM - BNDES	(c)	Taxa fixa: 7,00% a.a.	110.850	110.870	110.850	110.870
Banco Santander - Cessão de crédito de recebíveis	(d)	Juros de 12,83% a.a.	19.716	20.863	19.716	20.863
BNDES Automático - CBS		TJLP + 2,8% e var. US\$ + juros de 2,3%	-	-	547	951
Total em reais			<u>209.317</u>	<u>219.801</u>	<u>209.864</u>	<u>220.752</u>
<u>Denominados em moeda estrangeira:</u>						
"Working capital" - Alpargatas EUA	(e)	US\$ Juros de 1,59%	-	-	72.572	56.964
"Working capital" - Alpargatas International APS		€ Juros de 3,01%	-	-	17.632	15.643
"Working capital" - Alpargatas Chile	(e)	CLP Juros de 6,84%	-	-	-	971
Arrendamentos mercantis financeiros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina		AR\$ Juros de 23,14%	-	-	265	486
"Working capital" - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(e)	AR\$ Juros de 14,88%	-	-	12.320	1.142
ACC/pré-pagamento - CBS		US\$ Libor + juros de 1,25%	-	-	-	2
FINIMP		US\$ Juros de 2,77%	<u>4.714</u>	-	<u>4.714</u>	-
Total em moeda estrangeira			<u>4.714</u>	-	<u>107.503</u>	<u>75.208</u>
Total geral			<u>214.031</u>	<u>219.801</u>	<u>317.367</u>	<u>295.960</u>
Passivo circulante			155.120	150.770	255.626	226.371
Passivo não circulante			58.911	69.031	61.741	69.589

- (a) Em 23 de fevereiro de 2006, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no limite de R\$112.000, destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste. O financiamento está sendo amortizado mensalmente, a partir de 2008, com previsão de liquidação em dez anos. A liberação das parcelas foi vinculada ao cronograma de desembolso dos investimentos. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.
- (b) Em outubro de 2007, a Companhia assinou, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contrato de financiamento de R\$22.180 para suportar o projeto de implantação do sistema corporativo integrado de gestão. O financiamento está sendo amortizado em parcelas mensais desde novembro de 2008, com liquidação integral prevista para outubro de 2013. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.
- (c) Em outubro de 2010, a Companhia recebeu um crédito no valor de R\$110.500 referente ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré Embarque assinado com os bancos Bradesco e Alfa, com amortização em parcela única prevista para dezembro de 2011.
- (d) Em outubro de 2010, a Companhia assinou com o Banco Santander, convênio de cessão de créditos no limite de R\$30.000. O prazo médio de liquidação das operações é de 90 dias, sendo amortizadas ao Bando Santander, de acordo com os recebimentos dos títulos dos clientes.
- (e) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais da Companhia, de acordo com limites aprovados pelo Conselho de Administração. Os prazos de vencimento para essas operações variam de 180 a 360 dias.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	5.017	19.302	7.814	19.841
2013	19.315	18.494	19.348	18.513
2014	15.323	14.534	15.323	14.534
2015	15.323	14.534	15.323	14.534
2016	2.454	1.664	2.454	1.664
2017	1.187	445	1.187	445
2018	264	29	264	29
2019	<u>28</u>	<u>29</u>	<u>28</u>	<u>29</u>
Total	<u>58.911</u>	<u>69.031</u>	<u>61.741</u>	<u>69.589</u>

Os demais empréstimos estão garantidos por avais e imóveis da Companhia e de suas controladas.

a) Obrigações de arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	235	405
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>80</u>	<u>172</u>
	315	577
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(50)</u>	<u>(91)</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>265</u>	<u>486</u>

b) Cláusulas restritivas de contratos

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Companhia e de suas controladas.

18. OBRIGAÇÕES NEGOCIADAS DE CONTROLADAS

Em 26 de setembro de 2001, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina solicitou a abertura de processo preventivo de obrigações negociadas com os credores, tendo sido tal decisão ratificada pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 1º de março de 2002 e o deferimento pelo Tribunal Comercial competente, em 7 de março de 2002.

Em dezembro de 2005, esse mesmo Tribunal Comercial, atendendo à solicitação da Administração da controlada, emitiu decisão tornando conhecida a existência de um pré-acordo com os credores e em 15 de setembro de 2006, após o cumprimento de determinadas obrigações legais anteriormente impostas, a controlada deu início à implementação do acordo de reestruturação de suas dívidas com os credores.

Os valores estão divulgados nas informações contábeis intermediárias trimestrais consolidadas na conta “Obrigações negociadas”, no passivo circulante e no não circulante, pelos montantes de R\$15.264 e R\$64.443, em 30 de setembro de 2011 (R\$13.367 e R\$63.403 em 31 de dezembro de 2010), os quais estão sendo demonstrados líquidos dos ajustes a valor presente, nos montantes de R\$55.414 e R\$55.926, respectivamente, em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

O ajuste a valor presente vem sendo calculado considerando como taxa, a diferença entre a taxa básica de juros da economia argentina e a taxa prefixada para atualização dos passivos, conforme estabelecido de acordo com os termos das obrigações negociadas. Em 30 de setembro de 2011, a taxa média de desconto praticada para o ajuste a valor presente era de 15% ao ano.

Os efeitos decorrentes da reversão líquida do ajuste a valor presente estão sendo registrados na conta “Despesas financeiras” no consolidado e totalizaram R\$512 no resultado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 (R\$3.629 referente ao mesmo período de 2010).

O passivo total está sujeito a juros anuais entre 1% e 3% e possui prazos de vencimentos entre 15 e 25 anos, com carência de 6 a 10 anos, a partir da data em que os acordos foram celebrados.

Em 30 de setembro de 2011, as reversões previstas para os próximos períodos referentes ao ajuste a valor presente, são demonstradas como segue:

2011 (três meses)	1.125
2012	4.548
2013	4.473
2014	4.372
2015 em diante	<u>40.896</u>
Total	<u>55.414</u>

Os vencimentos previstos para a parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

2012	2.171
2013	8.423
2014	7.639
2015 em diante	<u>46.210</u>
Total	<u>64.443</u>

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
ICMS a pagar	1.265	5.901	1.480	5.901
PIS/COFINS a pagar	10.039	6.578	10.761	9.229
IPI a pagar	139	523	139	752
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.091	-	4.692	5.494
Alpargatas Europe – Espanha:				
Imposto de renda	-	-	893	-
Imposto sobre valor adicionado - IVA	-	-	189	10
Outros impostos	-	-	149	252
Alpargatas Inc. – Estados Unidos	-	-	14	10
Alpargatas S.A.I.C – Argentina:				
Imposto de renda	-	-	3.213	2.687
Imposto sobre valor adicionado - IVA	-	-	2.444	1.363
Outros impostos	-	-	2.481	1.123
Outros impostos retidos na fonte a recolher	673	754	1.125	1.074
Outras	-	-	-	734
	<u>13.207</u>	<u>13.756</u>	<u>27.580</u>	<u>28.629</u>

20. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
“Royalties” a pagar	10.572	5.945	10.572	5.945
Provisão para fretes a pagar	11.363	12.078	11.996	12.805
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros, concessionárias e outras)	<u>14.089</u>	<u>13.796</u>	<u>30.947</u>	<u>25.517</u>
Total	<u>36.024</u>	<u>31.819</u>	<u>53.515</u>	<u>44.267</u>

21. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos com partes relacionadas

<u>Ativo e (passivo) não circulante</u>	Controladora	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	240	(525)
Alpargatas Internacional APS	(19)	(14)
Alpargatas Imobiliária S.A.	57	(6.832)
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	<u>2</u>	<u>(2.104)</u>
Total	<u>280</u>	<u>(9.475)</u>

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades, não havendo incidência de encargos financeiros.

b) Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com partes relacionadas

		Controladora		Controladora e consolidado	
		Contas a receber		Contas a pagar	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	(b)	2.066	4.007	-	-
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	(b)	4.188	9.979	-	-
Grupo Camargo Corrêa	(c)	-	-	190	318
Total		<u>6.254</u>	<u>13.986</u>	<u>190</u>	<u>318</u>

c) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Controladora e consolidado	
30/09/2011	31/12/2010
803	495

d) Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

		Venda de produtos/serviços		Compra de produtos/serviços	
		30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Alpargatas S.A.	(a)	27.311	26.423	12.608	13.191
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos		-	-	5.336	6.777
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha		-	-	21.788	19.646
Alpargatas Argentina S.A.I.C.		-	-	187	-
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias		1.446	461	-	-
Locomotiva Ind. e Com. de Têxteis Ltda. - Brasil		-	1.070	-	-
Grupo Camargo Corrêa:					
Aluguéis e condomínio		1.522	1.772	-	-
Serviços compartilhados - CSC	(d)	8.721	9.415	-	-
Projetos corporativos		849	449	-	-
Outras		<u>70</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>39.919</u>	<u>39.614</u>	<u>39.919</u>	<u>39.614</u>

- (a) Compreende substancialmente as vendas de sandálias da marca “Havaianas” para as controladas localizadas nos Estados Unidos e na Europa. Devido ao modelo das operações e ao formato do canal de distribuição definido para iniciar o processo de internacionalização das operações da Companhia, no qual os produtos são manufaturados no Brasil e posteriormente vendidos para as controladas no exterior, onde são revendidos, tais vendas são normalmente praticadas com preços inferiores àqueles que seriam praticados para terceiros, localizados no exterior.

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010, a Companhia não registrou nenhuma baixa ou provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos saldos a receber de suas controladas no exterior.

- (b) Contas a receber pelas vendas dos produtos descritos no item (a), cujos recebimentos ocorrerão durante outubro a março de 2012.

(c) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (d).

(d) Compreendem custos com serviços corporativos compartilhados, tais como de telefonia, de seguros, administrativos e de tecnologia da informação, cuja prestação está celebrada em contrato com o Centro de Soluções Compartilhadas do Grupo Camargo Corrêa.

Em 30 de setembro de 2011, exceto pelos avais e pelas garantias concedidos para suportar as operações de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas não haviam concedido outros avais e garantias para partes relacionadas.

e) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total dos administradores está assim composta:

	30/09/2011				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Variável			Saldo das opções	Preço médio de
	Fixa	(a)	Total	(quantidade) (b)	exercício - R\$ (c)
Conselhos de Administração e Fiscal	1.786	-	1.786	-	-
Diretores	<u>2.499</u>	<u>2.427</u>	<u>4.926</u>	<u>3.344.840</u>	4,55
	<u>4.285</u>	<u>2.427</u>	<u>6.712</u>	<u>3.344.840</u>	
	30/09/2010				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Variável			Saldo das opções	Preço médio de
	Fixa	(a)	Total	(quantidade) (b)	exercício - R\$ (c)
Conselhos de Administração e Fiscal	1.446	-	1.446	-	-
Diretores	<u>1.971</u>	<u>2.925</u>	<u>4.896</u>	<u>4.917.780</u>	3,34
	<u>3.417</u>	<u>2.925</u>	<u>6.342</u>	<u>4.917.780</u>	

(a) Refere-se à participação nos resultados registrados no período. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no ano anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores, estatutários e não estatutários.

(b) Refere-se ao saldo das opções maduras ("vested") e não maduras ("non-vested"), não exercidas, na data do balanço.

(c) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado monetariamente até a data do balanço.

Adicionalmente durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foram exercidas 1.908.060 opções a preço médio de R\$ 2,90 (230.340 opções no mesmo período de 2010 a preço médio de R\$ 3,34).

Em adição à remuneração dos administradores, durante o período findo de nove meses em 30 de setembro de 2011 a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$223 (R\$193 em 2010) em nome dos Diretores estatutários.

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 30 de setembro de 2011 e 31 dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas possuem processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-funcionários ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da

Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

		Controladora		Consolidado	
		<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Reclamações trabalhistas	(a)	16.990	15.339	25.086	23.818
Processos tributários	(b)	9.100	13.438	13.220	16.983
Depósitos judiciais		(4.179)	(3.880)	(4.179)	(3.880)
Processos cíveis		<u>2.559</u>	<u>2.155</u>	<u>3.128</u>	<u>2.710</u>
		<u>24.470</u>	<u>27.052</u>	<u>37.255</u>	<u>39.631</u>
Parcela do circulante		6.511	4.859	10.633	8.847
Parcela do não circulante		17.959	22.193	26.622	30.784

- (a) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo como perda efetiva.
- (b) Consistem basicamente em autos de infração referentes ao ICMS relativo ao Estado de São Paulo e ao Seguro de Acidente do Trabalho - SAT.

Movimentação

	Controladora				Total
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributários</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	15.339	13.438	2.155	(3.880)	27.052
Complemento/Reversão	1.493	823	20	(152)	2.184
Pagamentos	<u>(1.570)</u>	<u>(183)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.753)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>15.262</u>	<u>14.078</u>	<u>2.175</u>	<u>(4.032)</u>	<u>27.483</u>
Complemento/Reversão	3.290	(1.241)	431	(147)	2.333
Transferências p/ Parcelamento tributário – Lei 11.941/09	-	(1.671)	-	-	(1.671)
Pagamentos	<u>(1.647)</u>	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.688)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>16.905</u>	<u>11.125</u>	<u>2.606</u>	<u>(4.179)</u>	<u>26.457</u>
Complemento/Reversão	2.624	-	(47)	-	2.577
Pagamentos	<u>(2.539)</u>	<u>(2.025)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.564)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>16.990</u>	<u>9.100</u>	<u>2.559</u>	<u>(4.179)</u>	<u>24.470</u>

	Consolidado				
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributários</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	23.818	16.983	2.710	(3.880)	39.631
Complementos	1.458	943	20	(152)	2.269
Pagamentos/Variação cambial	<u>(2.050)</u>	<u>(332)</u>	<u>(24)</u>	-	<u>(2.406)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>23.226</u>	<u>17.594</u>	<u>2.706</u>	<u>(4.032)</u>	<u>39.494</u>
Complementos/Reversão	3.648	(1.126)	414	(147)	2.789
Transferências p/ Parcelamento tributário – Lei 11.941/09	-	(1.671)	-	-	(1.671)
Pagamentos/Variação cambial	<u>(1.996)</u>	<u>(235)</u>	<u>(42)</u>	-	<u>(2.273)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>24.878</u>	<u>14.562</u>	<u>3.078</u>	<u>(4.179)</u>	<u>38.339</u>
Complementos/Reversão	3.221	123	(28)	-	3.316
Pagamentos/Variação cambial	<u>(3.013)</u>	<u>(1.465)</u>	<u>78</u>	-	<u>(4.400)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>25.086</u>	<u>13.220</u>	<u>3.128</u>	<u>(4.179)</u>	<u>37.255</u>

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Tributárias:		
Auto de infração - IRRF (a)	8.345	8.050
CSLL e IRPJ	3.733	3.581
IPI (b)	36.024	3.762
Outras	<u>2.491</u>	<u>419</u>
	<u>50.593</u>	<u>15.812</u>
Cíveis (ações indenizatórias)	<u>7.058</u>	<u>6.321</u>

(a) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.

(b) Autos de infração decorrentes de compensação de créditos na aquisição de insumos isentos, correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008.

Adicionalmente, em dezembro de 2005 foi movido processo cível contra a Companhia por uma empresa detentora de determinada marca esportiva, cujo objeto da causa se referia a perdas e danos por supostos descumprimentos no contrato de licenciamento, o qual foi distratado em anos anteriores. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda foi considerada possível e o valor envolvido ainda não podia ser apurado, não sendo reconhecida nenhuma provisão para fazer face a essa contingência. Em fevereiro de 2007, houve decisão favorável à Companhia determinando a extinção do processo. Essa sentença está sujeita a um recurso que será julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em data ainda não definida.

Parcelamento de débito tributário instituído pela Lei nº 11.941/09

Em 28 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe a opção para um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10º da Lei nº 10.522/02.

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e os juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a utilização de prejuízo fiscal relativo ao cálculo do imposto de renda e de base de cálculo negativa da contribuição social próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção do prazo de pagamento escolhida.

Na adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 em 30 de novembro de 2009, a Companhia inscreveu um débito fiscal junto ao INSS no montante atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$1.671.

Conforme as regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, após ter protocolado petição na Justiça oficializando a desistência da ação judicial cujo tributo está sendo objeto de parcelamento, a Companhia aderiu ao parcelamento, escolhendo a modalidade correspondente e indicando a natureza genérica do débito fiscal, para o qual foi feito o correspondente pagamento da prestação inicial, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

Em 30 de junho de 2011, foi concluído o processo de consolidação dos débitos fiscais perante a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, passando a Companhia, a partir desta data a recolher mensalmente as parcelas devidas em 40 meses a partir de 30 de junho de 2011, referente ao montante total de R\$ 1.671. Deste saldo, R\$ 501 foi reclassificado para a conta “Parcelamento tributário - Lei 11.941/09” no passivo circulante e R\$ 1.170 no passivo não circulante.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia optou por antecipar o pagamento do saldo remanescente do parcelamento no montante de R\$1.486, usufruindo dos mesmos benefícios aplicáveis ao pagamento à vista.

23. TRIBUTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa

		Controladora e consolidado	
		30/09/2011	31/12/2010
PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98		29.625	28.429
Depósitos judiciais		<u>(29.625)</u>	<u>(28.429)</u>
	(a)	<u>—</u>	<u>—</u>
COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo		74.337	56.972
Depósitos judiciais		<u>(9.865)</u>	<u>(9.101)</u>
	(b)	<u>64.472</u>	<u>47.871</u>
IRPJ e CSLL – prejuízo fiscal		-	34.849
Depósitos judiciais		<u>—</u>	<u>(6.277)</u>
	(c)	<u>—</u>	<u>28.572</u>
IRPJ – exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	(d)	4.199	3.830
Provisão para IRPJ (outras contingências)		2.803	2.803
Outros		<u>3.517</u>	<u>3.329</u>
Total - controladora		<u>74.991</u>	<u>86.405</u>
Parcelamentos - PIS e COFINS (CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias)	(e)	-	1.699
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina		<u>352</u>	<u>2.516</u>
Total - consolidado		<u>75.343</u>	<u>90.620</u>

(a) COFINS – Lei nº 9.718/98

Em 8 de março de 1999, a Companhia obteve liminar para a ação ordinária que discute a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Emenda Constitucional nº 20, mais especificamente no aumento da alíquota da COFINS em 1% e no alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS. Essa liminar assegurou o recolhimento dessas contribuições nos moldes da legislação vigente até janeiro de 1999.

A partir daquela data, os valores dessas contribuições apurados nos períodos em questionamento foram registrados no passivo como tributos com exigibilidade suspensa e passaram a ser mantidos atualizados monetariamente pela taxa SELIC, cujos efeitos de atualização monetária foram registrados na conta “Despesas financeiras” no resultado dos períodos. De setembro de 2002 a janeiro de 2004, a Companhia depositou em juízo o valor em discussão.

Em março de 2006, após decisão adversa proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre o recurso extraordinário da ação referente ao aumento de alíquota da COFINS em 1%, a Companhia decidiu pelo pagamento do montante apurado nos períodos de: (i) março de 1999 a agosto de 2002; e (ii) fevereiro de 2004 a março de 2006, no montante total de R\$43.041. Tal decisão foi tomada sem que houvesse prejuízo da continuidade da discussão judicial referente ao período de setembro de 2002 a janeiro de 2004, tendo a Companhia passado a efetuar os pagamentos das apurações mensais a partir de abril de 2006, cujo valor registrado como tributo com exigibilidade suspensa e depósito judicial totalizava R\$28.804, atualizados monetariamente.

Em 28 de maio de 2009 foi promulgada a Lei nº 11.941, a qual revogou o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que tratava do alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, fato que fortaleceu a tese questionada pela Companhia. Com essa alteração, considerando a decisão do STF, o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil editou o Comunicado Técnico - CT nº 05/09, o qual possibilitou a reversão, por parte das empresas, da parcela do PIS e da COFINS referente ao alargamento da base de cálculo. Em 30 de junho de 2009, a Companhia reverteu a parcela correspondente a esse passivo com exigibilidade suspensa, no montante total de R\$12.401.

Portanto, os valores registrados em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 referem-se unicamente à parcela relativa à majoração da alíquota da COFINS em 1%, para a qual, em agosto de 2009, o STF julgou desfavoravelmente a tese defendida pela Companhia. A ação da Companhia ainda não foi julgada; porém, tendo em vista o julgamento da tese, terá desfecho desfavorável, quando os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda da União.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(b) COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo do tributo

A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais.

A partir de junho de 2008, a Companhia passou a valer-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base de cálculo da COFINS; entretanto, a partir daquela data sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores vêm sendo provisionados.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(c) IRPJ e CSLL – prejuízo fiscal

A Companhia questionava a compensação da totalidade do imposto de renda e da contribuição social devidos em cada período com os créditos decorrentes dos prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, sem observância do limite legal de 30%. Em consequência, a Companhia mantinha destacado no passivo não circulante parcela excedente aos 30% legais de imposto devido que foi compensada, acrescida dos encargos financeiros, com base na taxa SELIC.

Em virtude desse questionamento, o crédito fiscal diferido foi constituído sobre os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, caso tivesse sido observado o limite legal de 30% para a compensação.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em razão da adesão ao parcelamento federal instituído pela Lei nº 11.941/09, em 30 de novembro de 2009 a Companhia desistiu formalmente da ação judicial que mantinha para a discussão dos valores, tendo complementado o montante do passivo pelo valor de R\$14.264, incluindo processos anteriormente classificados pelos assessores jurídicos da Companhia como perda remota.

Ao mesmo tempo, reconheceu para o encerramento do exercício de 2009 o montante de R\$11.234, relativo ao imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre o prejuízo fiscal em questão, o qual foi realizado dentro do próprio exercício de 2009.

Em 30 de junho de 2011, foi concluído o processo de consolidação dos débitos fiscais perante a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, passando a Companhia, a partir desta data, a recolher mensalmente as parcelas devidas do referido parcelamento. O valor total de R\$ 29.478 foi reclassificado para a conta “Parcelamento tributário – Lei 11.941/09”, sendo deste saldo R\$8.581 no passivo circulante e R\$20.897 no passivo não circulante.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia optou por antecipar parte do pagamento do parcelamento, no montante total de R\$25.508, remanescendo naquela data o saldo de R\$ 7.151, que líquido de depósito judicial totalizava R\$ 875, registrado na rubrica “Parcelamento Tributário – Lei 11.941/09”. De acordo com as atuais regras do parcelamento não é possível mais fazer antecipações. A Companhia aguarda a disponibilização de ferramentas por parte da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que permitam a realização da quitação do referido parcelamento. Até lá, a Companhia continuará recolhendo mensalmente a parcela mínima no valor de R\$ 100,00.

(d) IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ

A Companhia possui ação judicial pleiteando a exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ por entender que ela não se insere no fato gerador desse imposto. Em julho de 2009, a Companhia obteve sentença favorável passando a excluir a CSLL da base de cálculo do IRPJ, bem como a provisionar esses valores.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(e) Parcelamentos - COFINS e PIS

Em 31 de julho de 2003 e 29 de setembro de 2006, a controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias aderiu aos programas de PAES e PAEX, respectivamente, beneficiando-se para pagamento da COFINS e do PIS referente ao período de janeiro de 2003 a julho de 2004, através do parcelamento em 120 meses.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09

No sentido de aproveitar os benefícios da nova sistemática de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09, uma vez que as entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL próprios e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção do prazo de pagamento escolhida, a controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias optou por aderir ao novo parcelamento incluindo os débitos então inscritos no PAES e PAEX, registrando a baixa dos montantes de multa e juros moratórios no montante de R\$4.566.

O parcelamento foi deferido pela Receita Federal do Brasil em 12 de dezembro de 2009, estando em processo de consolidação dos débitos de PIS e COFINS.

Como compromisso assumido pela controlada em conexão com o referido parcelamento está a manutenção da adimplência quanto aos pagamentos das parcelas mensais do parcelamento, bem como dos demais impostos e contribuições federais apurados mensalmente.

O valor de R\$ 1.458 foi transferido em junho de 2011 para a conta “Parcelamento tributário – Lei 11.941/09” no passivo não circulante.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia optou por quitar antecipadamente o recolhimento do saldo remanescente do parcelamento, no montante total naquela data de R\$ 648.

Movimentação dos tributos com exigibilidade suspensa - controladora

	<u>31/12/2010</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Complementos</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>30/09/2011</u>
PIS/COFINS	28.429	1.196	-	-	29.625
Depósitos judiciais	<u>(28.429)</u>	<u>(1.196)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29.625)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
COFINS – ICMS	56.972	4.896	12.469	-	74.337
Depósitos judiciais	<u>(9.101)</u>	<u>(764)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.865)</u>
	<u>47.871</u>	<u>4.132</u>	<u>12.469</u>	<u>-</u>	<u>64.472</u>
IRPJ e CSLL – prejuízo fiscal	34.849	1.622	-	(36.471)	-
Depósitos judiciais	<u>(6.277)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.277</u>	<u>-</u>
	<u>28.572</u>	<u>1.622</u>	<u>-</u>	<u>(30.194)</u>	<u>-</u>
IRPJ – exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	3.830	290	79	-	4.199
Provisão para IRPJ (outras contingências)	2.803	-	-	-	2.803
Outros	<u>3.329</u>	<u>151</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>3.517</u>
Total	<u>86.405</u>	<u>6.195</u>	<u>12.585</u>	<u>(30.194)</u>	<u>74.991</u>

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2011, o capital integralizado é R\$518.922 (R\$441.171 em 31 de dezembro de 2010), após aumento com a integralização da reserva de lucros no montante de R\$77.751, ocorrida em 26 de abril de 2011.

Em 24 de fevereiro de 2010 a Companhia efetuou o desdobramento de suas ações ordinárias e preferenciais na proporção de 1:20, pelo qual o número de total de ações passou a ser representado por 353.455.880 ações escriturais sem valor nominal, sendo 181.524.080 ordinárias e 171.931.800 preferenciais.

Este desdobramento visou beneficiar os investidores, pois adequou o valor das ações aos patamares ideais de mercado, possibilitando a criação de um lote padrão de negociação (100 ações) mais acessível, aumentando assim a liquidez das ações.

Com a alteração do estatuto social, o limite autorizado para aumento do capital social passou para 363.048.160 ações preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para determinar as condições aplicáveis às emissões de ações, com base no

capital autorizado, como também a aplicabilidade ou não do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 30 de setembro de 2011:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>		<u>Total</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	121.597.580	66,99	34.356.940	19,98	155.954.520	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	35.963.700	19,81	7.199.980	4,19	43.163.680	12,21
Conselho Fiscal	22.000	0,01	202.000	0,12	224.000	0,06
Demais acionistas	<u>23.940.800</u>	<u>13,19</u>	<u>130.172.880</u>	<u>75,71</u>	<u>154.113.680</u>	<u>43,61</u>
Total	<u>181.524.080</u>	<u>100,00</u>	<u>171.931.800</u>	<u>100,00</u>	<u>353.455.880</u>	<u>100,00</u>

Em 31 de dezembro de 2010:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>		<u>Total</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	121.597.580	66,99	34.356.940	19,98	155.954.520	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	35.951.900	19,81	7.329.980	4,26	43.281.880	12,25
Conselho Fiscal	22.000	0,01	182.000	0,11	204.000	0,06
Demais acionistas	<u>23.952.600</u>	<u>13,19</u>	<u>130.062.880</u>	<u>75,65</u>	<u>154.015.480</u>	<u>43,57</u>
Total	<u>181.524.080</u>	<u>100,00</u>	<u>171.931.800</u>	<u>100,00</u>	<u>353.455.880</u>	<u>100,00</u>

b) Plano de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de dezembro de 2010 foi deliberado o plano para recompra de até 8.664.266 ações preferenciais e até 5.992.650 ações ordinárias. A autorização vigorará pelo prazo máximo de 361 dias, que teve início no dia 13 de dezembro de 2010 e terminará no dia 09 de dezembro de 2011. A Companhia não adquiriu ações preferenciais e nem ações ordinárias de sua própria emissão no último programa autorizado em 11 de dezembro de 2009, que compreendia o período de 15 de dezembro de 2009 a 10 de dezembro de 2010.

O plano foi aprovado para suportar os exercícios de opções de ações da Companhia, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 28.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, a conta “Ações em tesouraria” não registrou movimentação, permanecendo com o saldo de 31 de dezembro de 2010, conforme demonstrado abaixo:

<u>Quantidade</u>	<u>Custo médio</u>
5.093.220	5,75

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, foram declarados pela Administração, juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 60.100 (R\$ 53.389, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte- IRRF).

	R\$
Trimestre findo em 31 de março de 2011	19.500
Trimestre findo em 30 de junho de 2011	20.000
Trimestre findo em 30 de setembro de 2011	<u>20.600</u>
Total	<u>60.100</u>

A seguir está detalhada a distribuição dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio propostos pela Administração:

	Por ação - R\$ (bruto)			
	30/09/2011		31/12/2010	
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>
Juros sobre o capital próprio	0,0621	0,0564	0,1911	0,1737
Dividendos	-	-	0,0727	0,0661

Em 26 de abril de 2011, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$24.074, referentes as reservas de retenção de lucros constituídas no exercício de 2005, que haviam sido propostos pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2011. Tais dividendos foram pagos em 2 de maio de 2011.

d) Ágio (deságio) na venda de ações em tesouraria

Refere-se ao ágio ou deságio gerado na venda de ações em tesouraria principalmente decorrente do exercício das opções dos planos de outorga de ações.

e) Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como “Reserva para incentivos fiscais” no grupo Reserva de Lucros.

25. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

As normas IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento requerem que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial onde as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversas marcas entre calçados, artigos esportivos, sandálias e vestuário, as operações são geridas por segmentação geográfica com a seguinte segregação: (i) Operações Nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil e (ii) Operações Internacionais: desempenho das controladas na Argentina e desempenho consolidado das controladas nos Estados Unidos e na Europa, bem como das exportações diretas e da Tavex Corporation S.A., empresa que a Companhia detém 18,687% de participação.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011:

- Operações Nacionais:
 - Brasil: 71,0%
- Operações Internacionais:
 - Argentina: 18,5%
 - Europa, Estados Unidos e Exportações: 10,5%

As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das informações contábeis trimestrais da Companhia. O desempenho dos segmentos foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido e no capital empregado (ativos totais menos passivo circulante e passivo não circulante) em cada segmento. Essa base de mensuração inclui os efeitos financeiros, imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e a amortização e são consistentes com os registros das informações contábeis consolidadas.

As informações estão demonstradas a seguir:

	30/09/2011					
<u>Contas de resultado</u>	<u>Receita Operacional líquida</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo)</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Resultado financeiro</u>	<u>Variação cambial líquida</u>	<u>Imposto de renda e contribuição social</u>
Operações nacionais:						
Brasil	1.338.073	217.482	(29.988)	40.579	(4.467)	(21.858)
Operações internacionais:						
Argentina	349.752	7.523	(6.811)	(18.264)	443	(6.419)
Europa/Estados Unidos/Exportações	198.531	24.811	(2.587)	(982)	2.597	(3.153)
TAVEX	-	(1.220)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	1.684	-	-	-	-
Consolidado	<u>1.886.356</u>	<u>250.280</u>	<u>(39.386)</u>	<u>21.333</u>	<u>(1.427)</u>	<u>(31.430)</u>

30/09/2010						
<u>Contas de resultado</u>	Receita Operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	1.153.325	217.818	(28.317)	19.199	1.266	(14.757)
Operações internacionais:						
Argentina	296.144	6.611	(10.565)	(17.135)	434	(5.306)
Europa/Estados Unidos/Exportações	171.121	19.161	(1.666)	(1.712)	20	493
TAVEX	-	(6.727)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	2.800	-	-	-	-
Consolidado	<u>1.620.590</u>	<u>239.663</u>	<u>(40.548)</u>	<u>352</u>	<u>1.720</u>	<u>(19.570)</u>

01/07/2011 à 30/09/2011						
<u>Contas de resultado</u>	Receita Operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	513.029	83.655	(10.478)	15.968	(5.214)	(9.367)
Operações internacionais:						
Argentina	127.987	4.101	(2.002)	(6.972)	(747)	(1.707)
Europa/Estados Unidos/Exportações	46.505	816	(825)	(184)	3.837	1.951
TAVEX	-	(1.088)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	384	-	-	-	-
Consolidado	<u>687.521</u>	<u>87.868</u>	<u>(13.305)</u>	<u>8.812</u>	<u>(2.124)</u>	<u>(9.123)</u>

01/07/2010 à 30/09/2010						
<u>Contas de resultado</u>	Receita Operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	432.932	87.543	(8.993)	9.289	1.785	(10.385)
Operações internacionais:						
Argentina	107.714	2.280	(3.144)	(6.135)	(16)	(2.393)
Europa / Estados Unidos / Exportações	40.021	(5.314)	(542)	1.358	(614)	233
TAVEX	-	(3.194)	-	(1.712)	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	932	-	-	-	-
Consolidado	<u>580.667</u>	<u>82.247</u>	<u>(12.679)</u>	<u>2.800</u>	<u>1.155</u>	<u>(12.545)</u>

A tabela abaixo apresenta os saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

	30/09/2011			31/12/2010		
	Ativo	Passivo	Adição	Ativo	Passivo	Adição
	total	circulante e	ativo	total	circulante e	ativo
Contas patrimoniais		não circulante	imob. e		não circulante	imob. e
			intangível			intangível
Operações nacionais:						
Brasil	1.891.836	652.749	35.619	1.793.820	622.316	31.475
Operações internacionais:						
Brasil – exportações	48.398	6.203	-	44.594	1.466	-
Argentina	385.166	240.540	9.460	306.188	205.151	15.014
Europa / Estados						
Unidos	60.403	112.839	4.067	51.743	96.482	2.588
TAVEX	80.163	-	-	77.143	-	-
Consolidado	<u>2.465.966</u>	<u>1.012.331</u>	<u>49.146</u>	<u>2.273.488</u>	<u>925.415</u>	<u>49.077</u>

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada e nenhum cliente individualmente contribuiu com mais de 6% para as receitas de vendas.

A receita operacional líquida consolidada para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 por divisão é assim composta: sandálias R\$1.026.058, artigos esportivos R\$628.624, varejo R\$174.503 e outras R\$57.171 (R\$878.035, R\$507.938, R\$137.676 e R\$96.941, respectivamente para o mesmo período findo em 30 de setembro de 2010).

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	1.520.781	1.308.639	1.621.110	1.394.049
Mercado externo	<u>103.011</u>	<u>93.220</u>	<u>646.939</u>	<u>540.041</u>
	1.623.792	1.401.859	2.268.049	1.934.090
Devoluções e cancelamentos	(37.344)	(29.531)	(63.048)	(40.475)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(228.381)</u>	<u>(197.387)</u>	<u>(318.645)</u>	<u>(273.025)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.358.067</u>	<u>1.174.941</u>	<u>1.886.356</u>	<u>1.620.590</u>

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2011	01/07/2010	01/07/2011	01/07/2010
	à	à	à	à
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	577.333	490.439	617.869	523.852
Mercado externo	<u>32.456</u>	<u>30.668</u>	<u>210.902</u>	<u>174.361</u>
	609.789	521.107	828.771	698.213
Devoluções e cancelamentos	(12.854)	(8.470)	(21.220)	(12.117)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(85.344)</u>	<u>(77.176)</u>	<u>(120.030)</u>	<u>(105.429)</u>
Receita operacional líquida	<u>511.591</u>	<u>435.461</u>	<u>687.521</u>	<u>580.667</u>

27. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações das despesas por natureza é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Custo dos produtos vendidos:				
Matéria prima	427.181	395.286	568.937	504.959
Salários, encargos e benefícios	154.010	118.156	264.526	207.028
Outros custos	<u>124.509</u>	<u>89.897</u>	<u>195.727</u>	<u>161.243</u>
Total	<u>705.700</u>	<u>603.339</u>	<u>1.029.190</u>	<u>873.230</u>
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	54.529	47.686	82.795	72.713
Fretes	48.032	41.495	63.017	54.293
Propaganda e publicidade	134.883	84.083	169.583	114.987
Comissões	12.158	10.742	20.645	18.671
Royalties	18.386	11.446	18.842	11.450
Outras	<u>80.680</u>	<u>83.550</u>	<u>120.832</u>	<u>115.923</u>
	<u>348.668</u>	<u>279.002</u>	<u>475.714</u>	<u>388.037</u>
Gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	47.918	37.843	56.505	48.267
Honorários dos administradores (nota explicativa nº 21.e)	6.286	5.934	6.712	6.342
Serviços de terceiros	25.920	20.691	29.324	23.001
Outras	<u>7.288</u>	<u>8.786</u>	<u>9.125</u>	<u>11.625</u>
	<u>87.412</u>	<u>73.254</u>	<u>101.666</u>	<u>89.235</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>01/07/2011 à 30/09/2011</u>	<u>01/07/2010 à 30/09/2010</u>	<u>01/07/2011 à 30/09/2011</u>	<u>01/07/2010 à 30/09/2010</u>
Custo dos produtos vendidos:				
Matéria prima	173.481	147.288	220.308	191.138
Salários, encargos e benefícios	53.347	42.920	94.026	77.776
Outros custos	<u>31.731</u>	<u>33.509</u>	<u>60.203</u>	<u>51.787</u>
Total	<u>258.559</u>	<u>223.717</u>	<u>374.537</u>	<u>320.701</u>
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	18.550	16.510	28.611	24.901
Fretes	19.196	16.275	23.357	19.630
Propaganda e publicidade	49.054	26.400	60.498	34.514
Comissões	3.993	3.454	5.325	4.927
Royalties	7.087	4.547	7.177	4.547
Outras	<u>35.581</u>	<u>31.048</u>	<u>50.654</u>	<u>42.207</u>
	<u>133.461</u>	<u>98.234</u>	<u>175.622</u>	<u>130.726</u>
Gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	14.599	11.234	17.409	14.786
Honorários dos administradores	2.108	1.966	2.254	2.104
Serviços de terceiros	10.953	5.858	12.451	6.801
Outras	<u>2.495</u>	<u>5.248</u>	<u>2.921</u>	<u>5.993</u>
	<u>30.155</u>	<u>24.306</u>	<u>35.035</u>	<u>29.684</u>

28. PROGRAMAS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Companhia concede opções de compra de ações preferenciais a alguns de seus executivos, por meio de um programa aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 26 de abril de 2002, 26 de outubro de 2006 e 29 de abril de 2011 com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da Companhia e de seus acionistas. Os planos são administrados pela área de Recursos Humanos da Companhia.

Critérios gerais dos programas de outorga

Para os programas de 2002, 2003, 2004 e de 2005, a carência para o exercício das opções é de dois anos, com “vesting” de 20% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 20% no quarto ano e 40% no quinto ano após outorga, com prazo máximo de até dez anos para exercício das opções outorgadas.

Para os programas de 2006 a 2009, a carência para o exercício das opções passou a ser de três anos, com “vesting” de 30% no terceiro ano (janela de exercício de dois meses), 30% no quarto ano (janela de exercício de dois meses) e 40% no quinto ano, com prazo máximo de cinco anos e dois meses para exercício das opções outorgadas. Para esses programas, o exercício das opções é condicional ao alcance de condições de desempenho baseadas em indicadores de resultados internos.

Para o programa de 2010, a carência para o exercício das opções continuou a mesma que nos planos 2006-2009, porém o prazo máximo para exercício das opções outorgadas passou a ser diferente para cada “tranche”, sendo de três anos após o vencimento de cada período de carência. Para esse programa, o exercício das opções é também condicional ao alcance de condições de desempenho baseadas em indicadores de resultados internos.

Os critérios para determinação dos preços iniciais para exercício das opções outorgadas nos termos dos planos correspondem a:

- (i) Programas de 2002 a 2005: preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores à data de aprovação de cada programa anual. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- (ii) Programas de 2006 a 2009: preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA.
- (iii) Programa de 2010: preço de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. Esse preço de exercício não é reajustado com nenhum índice.

Evolução dos planos de opção de compra de ações

Para 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, segue a evolução dos planos de opção de compra de ações:

	30/09/2011		31/12/2010	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$
Opções em circulação no início do período/exercício	5.252.900	3,84	5.366.280	3,22
Opções concedidas	-	-	631.000	6,21
Opções exercidas	(1.908.060)	2,90	(548.500)	2,25
Opções canceladas	-	-	(195.880)	3,58
Opções em circulação no fim do período/exercício	<u>3.344.840</u>	4,55	<u>5.252.900</u>	3,84

As opções de compra de ações em circulação têm as seguintes características:

	Opções em circulação			
	Opções não exercidas no fim do exercício / período	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício R\$	Opções exercíveis no fim do exercício / período
30 de setembro de 2011	3.344.840	43	1,58-8,99	1.280.840
31 de dezembro de 2010	5.252.900	43	1,05-8,61	2.594.760

O detalhe das características das opções de compra de ações em circulação, por plano, é apresentado a seguir:

	30/09/2011			
<u>Data da outorga</u>	Opções não exercidas no fim do período	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício (R\$)	Opções exercíveis no fim do período
1º de julho de 2004	71.200	33	1,58	71.200
1º de julho de 2005	889.240	45	2,23	889.240
1º de julho de 2007	258.400	11	8,99	200.400
1º de julho de 2008	435.000	23	6,19	120.000
1º de julho de 2009	1.060.000	35	3,97	-
1º de julho de 2010	<u>631.000</u>	81	6,21	<u>-</u>
Total	3.344.840	43	1,58-8,99	1.280.840

31/12/2010

<u>Data da outorga</u>	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício (R\$)	Opções exercíveis no fim do exercício
1º de julho de 2002	178.000	18	1,05	178.000
1º de julho de 2003	363.600	30	1,20	363.600
1º de julho de 2004	808.200	42	1,52	808.200
1º de julho de 2005	889.240	54	2,16	889.240
1º de julho de 2006	432.860	8	5,88	244.720
1º de julho de 2007	280.000	20	8,61	111.000
1º de julho de 2008	550.000	32	5,93	-
1º de julho de 2009	1.120.000	44	3,80	-
1º de julho de 2010	<u>631.000</u>	90	6,21	-
Total	5.252.900	43	1,05-8,61	2.594.760

Para fins contábeis, o valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação “Binomial”. A despesa contábil registrada na conta de resultados relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$ 951 no período findo em 30 de setembro de 2011, contra R\$ 749 no período findo em 30 de setembro de 2010. Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma probabilidade de alcance das condições de performance de 100% (para as outorgas 2006-2010) e uma taxa esperada de cancelamento das opções de 0%.

O valor justo, na data da outorga, das opções de compra de ações concedidas em 1º de julho de 2010 foi estimado em R\$3,70. As condições de performance não foram refletidas no valor justo pois são baseadas em indicadores de resultados internos. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica em um período de cinco anos anteriores à data da outorga e os exercícios antecipados foram refletidos utilizando-se um modelo de avaliação binomial do tipo “Hull-White” com um gatilho para exercício voluntário de 150% do preço de exercício.

As principais hipóteses utilizadas no cálculo são apresentadas a seguir:

	Valores expressos (R\$)
Preço da ação	7,75
Preço de exercício	6,21
Volatilidade esperada	38,00%
Dividendos esperados	3,00%
Taxa livre de risco (taxa nominal)	12,25%
Taxa de rotatividade (“post-vesting”)	10,00%
Valor justo	3,70

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do:

- (i) Cenário I: exercício das opções outorgadas até 30 de setembro de 2011.
- (ii) Cenário II: exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do programa de outorga de opções.

Para ambos os cenários considerou-se a hipótese na qual todas as opções eram exercíveis em 30 de setembro de 2011, considerando o valor do patrimônio líquido da controladora na referida data-base.

Valores expressos em reais:

	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
Preço de exercício médio ponderado	4,55	4,55
Número de ações preferenciais do capital social	171.931.800	171.931.800
Número de ações preferenciais do capital social em circulação	166.838.580	166.838.580
Número de ações a serem adquiridas com exercício das opções	3.344.840	12.000.000
Valor patrimonial contábil por ação em circulação	4,18	4,18
Valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício das opções	4,08	3,89
Diluição do valor patrimonial por ação	0,10	0,29
Diluição percentual	2,31	6,98

29. BENEFÍCIOS A COLABORADORES

A Companhia e suas controladas patrocinam dois planos de complementação de benefícios de aposentadoria, além de conceder, por intermédio de um plano próprio de aposentadoria, benefícios de renda vitalícia e assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges. O passivo atuarial referente a esses planos, reconhecidos em 30 de setembro de 2011, é de R\$2.172 (R\$2.224 em 31 de dezembro de 2010).

Os detalhes das premissas e dos cálculos do passivo atuarial estão descritos na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	52.722	27.302	53.968	27.875
Juros ativos	1.853	1.522	2.104	1.903
Outras	<u>2.697</u>	<u>1.572</u>	<u>3.793</u>	<u>1.610</u>
	<u>57.272</u>	<u>30.396</u>	<u>59.865</u>	<u>31.388</u>
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(10.737)	(6.277)	(12.653)	(12.945)
Juros e encargos sobre obrigações negociadas de controlada	-	-	(8.027)	(5.811)
IOF	(355)	(114)	(355)	(114)
	-	-	-	-
Imposto sobre operações bancárias (Argentina)	-	-	(4.958)	(4.181)
Atualização monetária sobre impostos	(4.630)	(3.110)	(4.630)	(3.134)
Outras	<u>(3.248)</u>	<u>(1.830)</u>	<u>(7.907)</u>	<u>(4.851)</u>
	<u>(18.970)</u>	<u>(11.331)</u>	<u>(38.532)</u>	<u>(31.036)</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>01/07/2011</u>	<u>01/07/2010</u>	<u>01/07/2011</u>	<u>01/07/2010</u>
	<u>à</u>	<u>à</u>	<u>à</u>	<u>à</u>
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	18.739	11.681	19.527	11.817
Juros ativos	604	506	819	600
Outras	<u>844</u>	<u>872</u>	<u>1.118</u>	<u>951</u>
	<u>20.187</u>	<u>13.059</u>	<u>21.464</u>	<u>13.368</u>
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.574)	(2.000)	(4.423)	(4.007)
Juros e encargos sobre obrigações negociadas de controlada	-	-	(2.579)	(1.591)
IOF	(127)	(105)	2.985	2.541
Imposto sobre operações bancárias (Alpargatas S.A.I.C. - Argentina)	-	-	(4.958)	(4.181)
Atualização monetária sobre impostos	(216)	99	(216)	75
Outras	<u>(1.470)</u>	<u>(1.741)</u>	<u>(3.461)</u>	<u>(3.405)</u>
	<u>(5.387)</u>	<u>(3.747)</u>	<u>(12.652)</u>	<u>(10.568)</u>

31. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Variação cambial ativa	8.406	6.219	9.126	6.324
Variação cambial passiva	<u>(9.550)</u>	<u>(6.303)</u>	<u>(10.553)</u>	<u>(4.604)</u>
	<u>(1.144)</u>	<u>(84)</u>	<u>(1.427)</u>	<u>1.720</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>01/07/2011 à</u>	<u>01/07/2010 à</u>	<u>01/07/2011 à</u>	<u>01/07/2010 à</u>
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Variação cambial ativa	5.001	2.440	4.749	1.868
Variação cambial passiva	<u>(6.290)</u>	<u>(1.462)</u>	<u>(6.873)</u>	<u>(713)</u>
	<u>(1.289)</u>	<u>978</u>	<u>(2.124)</u>	<u>1.155</u>

32. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Outras receitas operacionais:				
Resultado na venda de imobilizado	-	-	-	14.305
Ganho com processos judiciais transitados em julgado	-	4.127	-	4.127
Crédito tributário Alpargatas S.A.I.C	-	-	-	4.927
Crédito Eletrobrás (*)	15.043	-	15.043	-
Crédito tributário CBS homologado por ação judicial transitada em julgado	-	-	2.158	-
Outras	<u>1.892</u>	<u>2.005</u>	<u>3.305</u>	<u>2.005</u>
	<u>16.935</u>	<u>6.132</u>	<u>20.506</u>	<u>25.364</u>
Outras despesas operacionais:				
Amortização de intangível	(13.582)	(11.847)	(14.665)	(12.978)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 22)	(7.393)	(10.451)	(8.673)	(11.725)
Outras	<u>(9.822)</u>	<u>(8.240)</u>	<u>(13.930)</u>	<u>(10.102)</u>
Outras despesas operacionais	<u>(30.797)</u>	<u>(30.538)</u>	<u>(37.268)</u>	<u>(34.805)</u>

(*) Trata-se de ação judicial movida pela Companhia visando receber a devolução dos empréstimos compulsórios efetuados para Eletrobrás com correção monetária integral e juros sobre o valor do principal. O Superior Tribunal de Justiça - STJ pacificou o assunto de forma favorável aos contribuintes quando do julgamento dos RESP nº 1003955 e RESP nº 1028592, realizado sob o rito de recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil, estabelecendo esse desfecho para todos os casos que tratam sobre a matéria. Por sua vez, através do julgamento do Agravo de Instrumento nº 735933 interposta pela Eletrobrás, o Supremo Tribunal Federal – STF consolidou o entendimento do STJ no sentido de que a discussão da matéria é infraconstitucional. Embora ainda não tenha havido o trânsito em julgado definitivo da ação movida pela Companhia, já existe sobre a mesma, decisão determinando que o entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, seja aplicado ao seu caso concreto, motivo pelo qual a Administração da Companhia, para o encerramento das informações contábeis trimestrais de 30 de setembro de 2011 decidiu pelo registro do ativo no montante de R\$15.043, compreendendo o valor do principal de R\$23.263, atualizado monetariamente, deduzido de R\$8.220 de deságio em caso de eventual alienação dos referidos créditos. O valor de R\$15.043, está registrado como contrapartida na conta “Depósitos compulsórios” no ativo não circulante. O valor do deságio foi estimado tomando como base ofertas de compra do polo ativo do processo judicial mantido pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	<u>01/07/2011</u>	<u>01/07/2010</u>	<u>01/07/2011</u>	<u>01/07/2010</u>
	<u>à</u>	<u>à</u>	<u>à</u>	<u>à</u>
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Outras receitas operacionais:				
Resultado na venda de controlada	-	1.500	-	1.500
Ganho com processos judiciais transitados em julgado	-	4.127	-	4.127
Outras	<u>1.021</u>	<u>-</u>	<u>1.355</u>	<u>-</u>
	<u>1.021</u>	<u>5.627</u>	<u>1.355</u>	<u>5.627</u>
Outras despesas operacionais:				
Amortização de intangível	(4.777)	(3.961)	(5.198)	(4.287)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.577)	(4.960)	(6.252)	(5.540)
Outras	<u>(3.050)</u>	<u>212</u>	<u>(841)</u>	<u>(1.326)</u>
Outras despesas operacionais	<u>(10.404)</u>	<u>(8.709)</u>	<u>(12.291)</u>	<u>(11.153)</u>

33. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Programa de participação no resultado	<u>23.278</u>	<u>24.319</u>	<u>27.544</u>	<u>30.326</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>01/07/2011 à 30/09/2011</u>	<u>01/07/2010 à 30/09/2010</u>	<u>01/07/2011 à 30/09/2011</u>	<u>01/07/2010 à 30/09/2010</u>
Programa de participação no resultado	<u>5.972</u>	<u>8.499</u>	<u>6.723</u>	<u>10.329</u>

Esta participação está registrada na conta “Salários e encargos sociais a pagar”, no passivo circulante.

34. AVAIS E GARANTIAS

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, em adição ao divulgado nas notas explicativas nº 15 e nº 17, os avais e as garantias oferecidos pela Companhia às instituições financeiras, referentes às operações de financiamento de vendas - “vendedor”, totalizavam, respectivamente R\$2.972 e R\$3.810.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não registrou perdas decorrentes desses avais e garantias oferecidos.

35. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, mútuos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Aplicações financeiras

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas, elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo pó patrimônio líquido do banco. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 as aplicações estão dentro destes limites.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

Contas correntes com partes relacionadas

Na controladora, os saldos com partes relacionadas são referentes à administração de caixa único (caixa e equivalentes de caixa) pela Companhia, não havendo encargos financeiros sobre essas transações.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia e por suas controladas em moedas estrangeiras, a Administração, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Entre os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente, estão incluídas rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração quanto à contratação desses instrumentos financeiros.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais

riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

b1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

b2) Risco de crédito

As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas e varejistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

Consideram baixo o risco de não-liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

b3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir analisa os passivos

financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

c) Passivos financeiros

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

30/09/2011							
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	235	-	-	-	235	(42)	193
Empréstimos e financiamentos	255.433	-	-	-	255.433	-	255.433
Fornecedores	264.634	-	-	-	264.634	-	264.634
Não circulante-							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	80	-	-	80	(8)	72
Empréstimos e financiamentos	-	27.090	30.646	3.933	61.669	-	61.669
31/12/2010							
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	405	-	-	-	405	(70)	335
Empréstimos e financiamentos	226.036	-	-	-	226.036	-	226.036
Fornecedores	212.777	-	-	-	212.777	-	212.777
Não circulante-							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	172	-	-	172	(21)	151
Empréstimos e financiamentos	-	38.182	29.068	2.188	69.438	-	69.438

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida consolidada corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

	30/09/2011	31/12/2010
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	683.705	654.665
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(317.367)	(295.960)
Posição financeira líquida	<u>366.338</u>	<u>358.705</u>
Patrimônio líquido	1.453.635	1.348.073

e) Exposição cambial

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Ativo:					
Contas a receber de clientes	(i)	<u>29.828</u>	<u>30.746</u>	<u>108.937</u>	<u>78.412</u>
Total do ativo		<u>29.828</u>	<u>30.746</u>	<u>108.937</u>	<u>78.412</u>
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	(ii)	4.714	-	107.503	75.208
Fornecedores		43.844	25.517	100.515	68.446
“Royalties” a pagar		<u>10.572</u>	<u>5.945</u>	<u>10.572</u>	<u>5.945</u>
Total do passivo		<u>59.130</u>	<u>31.462</u>	<u>218.590</u>	<u>149.599</u>
Exposição líquida		<u>(29.302)</u>	<u>(716)</u>	<u>(109.653)</u>	<u>(71.187)</u>
(-) Controladas no exterior		-	-	<u>84.091</u>	<u>72.365</u>
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade		<u>(29.302)</u>	<u>(716)</u>	<u>(25.562)</u>	<u>1.178</u>

- (i) No consolidado em 30 de setembro de 2011, 75,7% (76,4% em 31 de dezembro de 2010) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior (Alpargatas Inc. - USA, Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas Chile Ltda. e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina) e 24,3% referem-se a contas a receber de clientes no exterior mantidas pela controladora no Brasil.
- (ii) No consolidado em 30 de setembro de 2011, 95,62% (100% em 31 de dezembro de 2010) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local pelas controladas localizadas no exterior (Alpargatas USA Inc. - USA, Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas Chile Ltda. e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina), conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e “royalties”, denominados em moeda estrangeira.

f) Valores de mercado

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas informações contábeis intermediárias trimestrais pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do IFRS 7/CPC 40, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de “swaps” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros avaliados a valores justos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

g) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 30 de setembro de 2011, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando as exposições cambiais descritas no item (e) anterior, em 30 de setembro de 2011 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

<u>Risco da Companhia</u>	Perda	
	Cenário possível	Cenário remoto
Aumento do dólar norte-americano	6.391	12.782

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 30 de setembro de 2011 de R\$1,8544/US\$ (R\$2,3180/US\$) e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$2,7816/US\$).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$6.391 no cenário possível e de R\$12.782 no cenário remoto.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável por considerar que este reflete as variações cambiais já registradas nas informações contábeis referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período de relatório. Para os ativos financeiros indexados a CDI e passivos com taxas pós-fixadas (TJLP), a análise é preparada assumindo que o valor líquido entre o ativo e o passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 3 pontos percentuais é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 3 pontos percentuais ano para cima ou para baixo e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 aumentaria ou reduziria em aproximadamente R\$15.000. Isso ocorre principalmente devido à exposição ao CDI sobre as aplicações financeiras, considerando que os passivos financeiros são mantidos substancialmente a taxas pré-fixadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

A sensibilidade da Companhia às taxas de juros aumentou durante o período corrente principalmente devido ao aumento nos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras indexadas a CDI.

36. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Cotas (“Contrato”) para alienação, direta de 100% das cotas representativas do capital social da controlada Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., sociedade limitada com sede em Pouso Alegre - MG, e indireta de 100% das cotas representativas do capital social da Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., sociedade limitada com sede em Manaus - AM.

A alienação desta então unidade geradora de caixa, denominada segmento de Têxteis Industriais, está inserida no contexto de concentração das atividades da Companhia nos segmentos de calçados, artigos esportivos e varejo, a fim de maximizar a performance da Companhia em tais segmentos. O fechamento de tal operação ocorreu em 20 de abril de 2010. A referida operação gerou um ganho de capital no montante de R\$2.005, sendo R\$505 registrados pela venda do investimento e R\$1.500, registrado em setembro de 2010 devido ajuste de preço conforme cláusula contratual.

Em 31 de dezembro de 2009 foi classificada como uma operação descontinuada e um grupo de ativos mantido para venda, o resultado e os fluxos de caixa das operações descontinuadas, para o período de nove meses findo em 30 de setembro 2010, são demonstrados como segue:

(i) Resultado das operações descontinuadas

Receita líquida de vendas	27.859
Custo dos produtos vendidos	<u>(19.531)</u>
Lucro bruto	8.328
Despesas operacionais	<u>(4.380)</u>
Resultado financeiro líquido	48
Resultado operacional	<u>3.996</u>
(-) Imposto de renda e contribuição social	<u>(755)</u>
Lucro líquido das operações descontinuadas	<u>3.241</u>

(ii) Fluxos de caixa das operações descontinuadas

Provenientes das operações	664
Utilizados nas atividades de investimentos	<u>(70)</u>
Caixa líquido gerado pela operação descontinuada	<u>594</u>

37. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	30/09/2011		
	Ordinárias - ON	Preferências - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	181.524.080	171.931.800	353.455.880
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(5.080.868)	(5.080.868)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	181.524.080	166.850.932	348.375.012
% de ações em relação ao total	52,11%	47,89%	100,00%
Numerador - Básico			
Lucro líquido do período atribuível a cada classe de ações	<u>123.580</u>	<u>125.016</u>	<u>248.596</u>
Lucro líquido do período por ação básico das operações continuadas	<u>0,6808</u>	<u>0,7493</u>	<u>0,7136</u>
Lucro líquido do período por ação básico total	<u>0,6808</u>	<u>0,7493</u>	<u>0,7136</u>
Numerador - Diluído			
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	181.524.080	166.850.932	348.375.012
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	4.270.517	4.270.517
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	181.524.080	171.121.449	352.645.529
Lucro líquido do período por ação diluído das operações continuadas	<u>0,6808</u>	<u>0,7306</u>	<u>0,7049</u>
Lucro líquido do período por ação diluído total	<u>0,6808</u>	<u>0,7306</u>	<u>0,7049</u>

	30/09/2010		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferências</u>	<u>Total</u>
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	181.524.080	171.931.800	353.455.880
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	<u>-</u>	<u>(5.091.717)</u>	<u>(5.091.717)</u>
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	181.524.080	166.840.083	348.364.163
% de ações em relação ao total	52,11%	47,89%	100,00%
Numerador - Básico			
Lucro líquido do período das operações continuadas atribuível a cada classe de ações	116.140	117.482	233.622
Lucro líquido do período das operações	1.611	1.630	3.241
Lucro líquido do período atribuível a cada classe	<u>117.751</u>	<u>119.112</u>	<u>236.863</u>
Lucro líquido do período por ação básico das operações continuadas	0,6398	0,7042	0,6706
Lucro líquido do período por ação básico das operações descontinuadas	<u>0,0089</u>	<u>0,0098</u>	<u>0,0093</u>
Lucro líquido do período por ação básico total	0,6487	0,7140	0,6799
Numerador - Diluído			
Média ponderada da quantidade de ações em	181.524.080	166.840.083	348.364.163
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	<u>-</u>	<u>5.165.207</u>	<u>5.186.207</u>
Média ponderada da quantidade de ações em	181.524.080	172.005.290	353.529.370
Lucro líquido do período por ação diluído das operações continuadas	0,6398	0,6830	0,6608
Lucro líquido do período por ação diluído das operações descontinuadas	<u>0,0089</u>	<u>0,0095</u>	<u>0,0092</u>
Lucro líquido do período por ação diluído total	0,6487	0,6925	0,6700

(a) As ações preferências possuem direito a dividendo 10% maior em relação às ações ordinárias.

38. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

38.1. Arrendamentos operacionais

Locação de lojas

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros, os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média entre 3 e 4 % das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A

despesa média mensal de aluguéis pagos foi de R\$789 (R\$620 em 30 de setembro de 2010). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$7.105 (R\$5.578 em 30 de setembro de 2010).

Outros arrendamentos

A Companhia também possui contratos de locação de depósitos para armazenagem de produtos e mercadorias e escritórios comerciais com valores mensais fixos, reajustados anualmente por índices inflacionários usuais de mercado.

Em agosto de 2011 a Companhia assinou o contrato de locação de um imóvel para instalação de sua nova sede a partir de 2012. O prazo do referido contrato é de 10 anos, com início em setembro de 2011 e com carência de 90 dias a contar desta data. O valor mensal do aluguel é de R\$ 893 e o contrato será reajustado anualmente pela aplicação da variação positiva acumulada do IGP-M / FGV .

No período findo em 30 de setembro de 2011, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$14.425 (R\$12.128 em 30 de setembro de 2010).

Compromissos futuros

Os compromissos futuros totais oriundos dos contratos de arrendamento operacional, a valores de 30 de setembro de 2011, totalizam um montante mínimo fixo de R\$78.349, assim distribuídos:

<u>Período</u>	<u>R\$</u>
2011 (3 meses)	12.683
2012	26.460
2013	25.319
2014 a 2015	<u>50.885</u>
	<u>115.347</u>

Tais operações possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, para as quais, em 30 de setembro de 2011, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado, naquela data como contrato oneroso pela Administração da Companhia. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado como “contingente” havia sido efetuado pela Companhia durante o período findo em 30 de setembro de 2011.

38.2. Contratos de fornecimento de insumos

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, vigente até 2011, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 25.883 kw, equivalente a R\$611, podendo ser alterado com prazo mínimo de seis meses. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato.

39. COBERTURA DE SEGUROS (Informação não revisada)

A Companhia e suas controladas adotam uma política de efetuar a cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoques sujeitos a risco de incêndio, pelo valor de reposição técnica e para cobertura de lucros cessantes. Em 30 de setembro de 2011, as coberturas de seguro no consolidado, eram consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

40. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/01010</u>
Recebimento de dividendos com quitação da conta corrente da controlada	6.500	-	-	-
Aquisições de imobilizado sem efeito caixa	4.479	235	4.479	235
Limites de contas garantidas sem utilização	-	-	29.437	13.207

41. APROVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRAIS

As presentes informações contábeis intermediárias trimestrais da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 11 de novembro de 2011.